



**FACULDADE CALAFIORI**

**LÍDIA MARA SILVA**

**ENSINO NA ESCOLA PÚBLICA E PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS NO DESENVOLVIMENTO DO  
INDIVÍDUO**

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG**

**2017**

LÍDIA MARA SILVA

**ENSINO NA ESCOLA PÚBLICA E PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS NO DESENVOLVIMENTO DO  
INDIVÍDUO**

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

**Orientadora:** Profª. Mª. Marília de Souza Neves

**Linha de pesquisa:** Situações e Práticas Pedagógicas

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG

2017

# **ENSINO NA ESCOLA PÚBLICA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO**

**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**AVALIAÇÃO:** ( ) \_\_\_\_\_

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. M<sup>a</sup>. : Marília de Souza Neves

---

Avaliador da Banca: Professor Me. César Clemente

---

Avaliadora da Banca: Professora Esp. Marinilda Aparecida da Silva

Aos meus pais, que muito me apoiaram a prosseguir e dar continuidade aos meus estudos; à minha irmã, que me deu forças e me auxiliou quando precisava; e ao meu noivo, que sempre me incentivou e me apoiou, para que esta graduação fosse realizada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, que, na sua infinita graça, deu-me forças para concluir este curso.

À minha orientadora, Professora Mestre Marília de Souza Neves, pelo apoio, dedicação, carinho e por todos os conhecimentos a mim ofertados.

Aos meus familiares, pela compreensão e força que me deram, durante todas as etapas da faculdade, que me levaram a querer a prosseguir sempre.

Sou grata a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, a fim de que esta formação profissional fosse realizada, fazendo com que, por meio de estudos e pesquisas, realizasse esta monografia.

“A escola dos nossos sonhos só será possível quando todos os educadores tiverem consciência de que não basta apenas criticar, mas sim vestir a camisa de sua profissão com total responsabilidade.”

(Giancaterino, 2007, p. 5)

SILVA, L. M. Ensino na Escola Pública e Práticas Pedagógicas no Desenvolvimento do Indivíduo. 2017. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Faculdade Calafiori. São Sebastião do Paraíso - MG.

### RESUMO

O presente trabalho objetiva discorrer sobre as práticas educacionais no Ensino Fundamental, refletindo de que modo se processam as trocas de conhecimento entre educador e educando. Também pretende estudar acerca da utilização de atividades selecionadas pelo professor para ministrar suas aulas e analisar a relação entre professor e aluno no espaço educativo, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Realizamos uma pesquisa bibliográfica, amparada por autores, como Libâneo, Zabala, Freire, entre outros. Nosso estudo destaca a relevância da prática docente pautada na interação professor/aluno, no diálogo que permite ao aluno manifestar suas opiniões, expressar sua compreensão acerca dos conteúdos estudados, ou seja, dando sentido ao que aprende na escola com os colegas, com o professor e mesmo com os grupos sociais em que esteja inserido. O professor deve planejar suas aulas mediante as observações feitas durante a convivência com seus alunos, ciente de que o educando não começa o seu aprendizado na escola, mas sim, no ambiente em que vive, através das suas interações no meio social, com sua cultura. Isso deve ser considerado pelos profissionais da educação. Por meio desses conhecimentos já adquiridos pelos alunos, o professor, como mediador da aprendizagem, provocará novos conhecimentos. Também a escola deve oferecer suporte emocional às crianças, a fim de que saibam lidar com diferentes situações que irão exigir delas o autocontrole, flexibilidade, autonomia, iniciativa, agindo da melhor forma possível, visto que os conflitos também fazem parte do ensino e aprendizagem do indivíduo.

**Palavras-chave:** Ensino. Práticas Educacionais. Interação Professor/Aluno.

SILVA, L. M. Teaching in the Public School and Pedagogical Practices in the development of the Individual. 2017. 65 f. Completion of Course Work. Degree course in Pedagogy. Calafiori College. São Sebastião do Paraíso - MG.

### **ABSTRACT**

The work presented aims to discuss educational practices in Primary School, reflecting on how the exchange of knowledge between the educator and those being educated takes place. It also intends to study the use of activities selected by the teacher to teach his/her classes and to analyze the relationship between the teacher and the student in the educational space, especially in the initial years of Primary School. We carried out a bibliographic research, supported by authors such as Libâneo, Zabala, Freire, among others. Our study highlights the relevance of teaching practice based on teacher/student interaction, in discussion that allows the student to express their opinions, expressing their understanding about the contents they studied, which is, giving meaning to what they learn at school with their classmates, with the teacher and even with the social groups in which they are part of. The teacher should plan his classes through observations made during the coexistence with their students, aware that the student does not begin his teaching in the school, but in the environment in which he lives, through his interactions in the social environment with his culture. This should be considered by education professionals. Through this knowledge already acquired by the students, the teacher, as a mediator of learning, will provoke new knowledge. Also, the school must offer emotional support to children, so that they can deal with different situations that will demand of them the self-control, flexibility, autonomy, initiative, acting in the best possible way, since conflicts is also part of teaching and individual learning.

**Keywords:** Teaching. Educational Practices. Teacher/Student Interaction.



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Metodologia das Atividades .....	35
Tabela 2 – Métodos Pedagógicos .....	36
Tabela 3 – Métodos Didáticos .....	36
Tabela 4 – Métodos Ativos .....	37
Tabela 5 – Regras e Condições dos Métodos Ativos .....	38
Tabela 6 – Funções do Docente .....	61
Tabela 7 – A ação da Educação em três Confrontos.....	61

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CF – Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO .....	17
1.1 Ensino .....	22
1.2 Prática de Ensino .....	27
1.3 Estratégias .....	30
1.4 Metodologias e métodos de ensino.....	34
2. TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS .....	40
2.1 Escola significativa.....	45
2.2 Ação significativa do professor.....	54
2.3 Perfil do professor e do aluno no ambiente escolar.....	57
CONSIDERAÇÕES .....	63
REFERÊNCIAS .....	65

## INTRODUÇÃO

Eu, Lídia Mara Silva, natural da cidade de Passos-MG, nascida no ano de 1993, pude vivenciar duas realidades educacionais diferentes. Minha primeira fase foi vivida num pré-escolar, frequentado em um ambiente de uma creche até passar a estudar em uma escola de Ensino Fundamental, na qual cursei até a terceira série. Porém, devido a necessidades de trabalho, minha família mudou-se para a cidade de São Sebastião do Paraíso, local onde concluí o Ensino Fundamental anos iniciais. Posteriormente, iniciei a antiga quinta série (sexto ano, atualmente) na Escola Estadual Clóvis Salgado e lá fiquei até o terceiro ano do Ensino Médio.

Durante o meu percurso, tive muitos momentos felizes, no entanto, passei por uma experiência negativa com uma professora (na 5ª série), que, talvez, tenha me deixado com uma má impressão do que é estudar. No entanto, como o meu sonho de ser psicóloga era verdadeiro, sempre me mantive firme nos estudos e, ao completar o Ensino Médio, fiquei um tempo pensando em como eu iria realizar o meu sonho de ser psicóloga. Olhando a realidade em que vivia — minha mãe se esforçava entre uma faxina e outra, dia a dia, para sustentar nossa casa —, resolvi não perder tanto tempo para dar início à realização do meu projeto.

Nesse período, surgiu a possibilidade de ser professora. Isso me possibilitou novos horizontes e, ao final desse tempo, tive a oportunidade de escolher entre os cursos de Psicologia e Pedagogia. Acabei optando por Pedagogia. Durante estes quatro anos, aprendi bastante e percebi que a Pedagogia e a Psicologia podem caminhar juntas. Por isso, agora, vejo minha vida acadêmica se materializando em um futuro como psicopedagoga.

Quando iniciei este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pensei na prática do professor, Vieram à minha mente as seguintes indagações: Como o professor deve trabalhar os conteúdos curriculares em sala de aula? De que forma, geralmente, acontece a interação entre professor e aluno? Como é feita a escolha dos livros didáticos nas escolas, especificamente, nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Essa escolha auxilia o professor e favorece a aprendizagem dos alunos?

Com isso, nasceu o tema da presente pesquisa, a qual intitulamos: “ENSINO NA ESCOLA PÚBLICA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO”, por julgarmos necessário estudar sobre as estratégias utilizadas pelo professor, a fim de conduzir as suas aulas para aqueles que estão iniciando seu desenvolvimento escolar.

Temos como objetivo geral discorrer sobre as práticas educacionais no Ensino Fundamental, refletindo sobre o modo como se processam as trocas de conhecimento entre educador e educando.

Especificamente, pretendemos estudar acerca da utilização de atividades selecionadas pelo professor para ministrar suas aulas e analisar a relação entre professor e aluno no espaço educativo, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O professor deve ter uma atenção voltada para as necessidades dos alunos, buscando a interação, o diálogo e a socialização de conhecimentos e experiências, a fim de constatar as dificuldades apresentadas pelos estudantes e poder fazer as suas intervenções, auxiliando-os sempre que necessário. A função do educador é fundamental na vida dos discentes, tendo com eles uma relação agradável, que venha a contribuir para sua vida acadêmica.

A relação do professor com os alunos, quando positiva, contribui para a aprendizagem, visto que o estudante que confia no educador consegue expressar-se com mais desenvoltura, fazer questionamentos, levantar hipóteses, emitir opiniões e compartilhar experiências.

O aluno, quando não interage com esse profissional, muitas vezes, apresenta dificuldades na aprendizagem, e é por esse motivo que o professor deve saber como conversar com seus educandos, usando suas práticas educacionais, a fim de que seu trabalho obtenha bons resultados, favorecendo o desenvolvimento dos alunos.

Primordial levar em consideração o ambiente em que o aluno vive, para que sejam feitas as intervenções apropriadas para o seu avanço. Quando o contexto sociocultural do estudante não é considerado pelo professor, geralmente, o estudo se torna cansativo, sem sentido para o educando.

O professor deve planejar suas aulas com base nas observações feitas durante a convivência com seus alunos, ciente de que o educando não começa o seu aprendizado na escola, mas sim, no ambiente em que vive, através das suas interações no meio social, com sua cultura. Isso deve ser levado em consideração pelos profissionais da educação. Por meio desses conhecimentos já adquiridos pelos discentes, o professor, como mediador da aprendizagem, provocará novos conhecimentos.

O ambiente escolar deve proporcionar para o aluno materiais que o auxiliem na aprendizagem, em diferentes contextos, não sendo necessário que as trocas de experiência ocorram somente na escola, mas fora dela também, realizando atividades por meio das quais o aluno possa interagir com os pais e/ou responsáveis, familiares e com outros grupos sociais. Esse procedimento deve estar relacionado aos conteúdos ou às disciplinas que estejam contempladas na grade curricular da escola.

O relacionamento entre professor e aluno deve ser amigável, levando em conta que os dois realizam um trabalho de equipe, um depende do outro, para que a aprendizagem aconteça, pois se baseia numa troca de experiências e saberes.

A escola também tem um papel importante na vida do aluno, pois é nesse ambiente que acontecem as interações desses indivíduos. Ela precisa desenvolver atividades de socialização entre os alunos, dar significado ao educando, de modo acolhedor, proporcionando-lhe momentos de conhecimentos significativos, já que, nesse espaço, o discente passa um período considerável de sua vida.

Também a família é essencial na formação e na vida do indivíduo. É com os familiares que acontecem as primeiras interações da criança no mundo social, sendo eles o seu porto seguro, uma vez que são os primeiros a apresentar às crianças uma educação moral, social, ensinando-lhes a viver na sociedade.

No contexto educacional, educador e educando são os principais atores no processo de ensino e aprendizagem, tendo características próprias. Porém, ambos precisam um do outro, estão interligados.

O aluno chega à sala de aula com seus conhecimentos de mundo, adquiridos através das relações com o meio no qual esteja inserido. Nessa instituição, terá contato com novos conhecimentos, e isso favorecerá o desenvolvimento de sua capacidade de pensar, agir, contribuindo para a sua autonomia.

O professor, por meio de seus estudos e experiências, auxilia os alunos no processo de ensino e aprendizagem, estabelecendo com eles vínculos de estudo, propondo-lhes um ensino de qualidade, baseado na partilha de conhecimentos, no respeito às diferenças, na alteridade.

Este trabalho é realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, e está dividido em dois capítulos.

Para Lakatos e Marconi:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravada (2003, p. 183).

Inicialmente, apresentamos algumas práticas educacionais e os conteúdos que as envolvem, para que esse ensino seja realizado de forma a auxiliar os alunos no seu

aprendizado, discorrendo sobre a maneira como os educadores devem preparar os conteúdos a serem ministrados, construídos, colaborando no progresso do aluno.

Em sequência, explanamos sobre o fazer pedagógico com sentido, destacando a família, a escola, o aluno, os educadores e todos da comunidade escolar, a fim de beneficiar a aprendizagem da criança de uma forma significativa, salientando que todos têm um papel fundamental na vida desses discentes, participando de sua formação através das práticas que visem ao seu bem-estar, contribuindo para a sua aprendizagem, autonomia, comunicação, linguagem e cidadania.

## 1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO

A educação brasileira, no decorrer dos anos, desenvolveu-se no sentido de uma escola pública para todos, ou seja, uma instituição única, gratuita e democrática, conforme esclarece Piletti (1990). Para tal, é necessário enfatizar como se deu esse processo de acordo com seu contexto histórico.

De acordo com Piletti (1990), o campo educacional no Brasil começou a existir no período colonial, através da conquista das novas terras pelos portugueses. Pretendiam converter o índio à fé católica, uma vez que, por detrás disso, as ações dos jesuítas (padres) se deram por meio do ensinamento das primeiras letras. Em pouco tempo, o território brasileiro foi se expandindo pelas missões, escolas de leitura, escrita e contagem e colégios. A Companhia de Jesus (jesuítas) tinha por finalidade segurar o avanço protestante em duas partes: por meio da educação das novas gerações e através do ato missionário, convertendo a fé católica pelas povoações que estavam sendo colonizadas. Dessa maneira, as duas tarefas dos jesuítas eram: pregar a fé católica e o ensino educativo.

Piletti (1990) explica que os jesuítas fundaram as escolas de primeiras letras, sendo que, ao mesmo tempo em que catequizavam os índios, ensinavam-lhes a leitura e escrita e também o idioma e costumes de Portugal. Igualmente, foram responsáveis não apenas pela educação dos índios como também pelos filhos de escravos, senhores de engenho e colonos. A fundação dessa escola pelos jesuítas foi um dos instrumentos para que pudessem alcançar seu principal objetivo, que era a propagação e a conservação da fé católica. Além das aulas de leitura e escrita, os colégios pela Companhia de Jesus ofereciam três cursos: Letras Humanas, Filosofia e Ciências e, Teologia e Ciências Sagradas.

Após a expulsão dos jesuítas, as escolas de ler e escrever deixaram de existir e, em seu lugar, constituíram aulas régias<sup>1</sup>, sem nenhuma ordenação. Contudo, essas aulas régias objetivavam a escola para interesse do Estado, e não para fins da fé cristã. Deste modo, com a Independência no Brasil, o processo educacional tinha por finalidade a formação das elites. As autoridades públicas criaram determinadas escolas superiores por meio de curso secundário e exames de ingresso para o nível superior, que, de fato, era a maior preocupação do governo.

---

<sup>1</sup> As aulas régias compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja - foi a primeira forma do sistema de ensino público no Brasil. Disponível em: < [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_aulas\\_regias.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_aulas_regias.htm)>. Acesso em: 17/12/2017.



Piletti (1990) salienta que, nesse período, o ensino secundário foi legado por aulas avulsas e dispersas, que tinha como intuito a preparação dos alunos para ingressar nos cursos superiores. Esses, por sua vez, eram estabelecidos por instituições isoladas de formação profissional.

Quanto ao ensino secundário, pode-se destacar ainda a criação do Colégio de Pedro II, que era composto por estudos orgânicos e seriados, fornecendo aos alunos que concluíam o ensino o grau de bacharelado em Letras. Assim sendo, deram preferência para o ensino secundário e o superior, em vez do ensino primário e do técnico-profissional. O ensino primário era, portanto, de responsabilidade do governo provincial, e o técnico-profissional foi, de certa forma, isolado.

Segundo o autor supracitado, o período da Primeira República, em decorrência do modelo educacional, priorizava a educação elitista em relação à educação popular. Na década de 1920, a educação da elite e vários outros setores brasileiros entraram em crise e, em consequência disso, inúmeras transformações alavancaram o processo da educação brasileira.

Foi no decorrer do período republicano que se deu a construção do sistema educacional brasileiro, que tinha como base a educação para todos, de modo que o ensino primário era obrigatório e gratuito, tendo o Estado e a família como um dos responsáveis pela educação, concebendo uma liberdade de ensino no qual os alunos tinham autonomia para pensar e opinar na instituição de ensino. Contudo, esses princípios começaram a ser registrados pelas constituições brasileiras, quando essas foram instituídas no país.

Ademais, conforme Piletti (1990), no período republicano, mantiveram-se no campo educacional dois sistemas. De um lado, o sistema federal, cujo ensino era voltado às elites (curso secundário e superior); de outro, o sistema estadual, cujo ensino era das camadas populares (curso primário e profissional).

Ainda nos referindo ao Período Republicano, a educação elitista sofreu algumas mudanças. O ensino secundário teve como principais características: objetivo da preparação dos alunos para o ensino superior; a duração do curso era de quatro a sete anos, e o conteúdo predominante relacionava-se à área de Humanas. Já o ensino superior continuou isolado, em quantidade pequena, preponderando o ensino profissionalizante (PILETTI, 1990).

Diante dos debates e discussões, os educadores confiavam que poderiam transformar a sociedade por meio do processo educacional. Piletti (1990) enfatiza que, mediante as reformas educacionais, a escola deveria seguir três princípios: todos deveriam ter acesso e frequentar, na idade certa, as instituições de ensino; a educação pública ordenou e incorporou os diferentes níveis e especialidades de ensino, adequando-se ao meio social e às ideias

modernas da educação, que era constituída por uma escola única e igual para todos; uma escola que desenvolvesse não só a aprendizagem, mas o trabalho técnico, e uma instituição que tinha como finalidade a convivência no meio social e a participação de todos os membros.

Não obstante, o processo educacional foi marcado também pela Revolução de 1930, destacando-se a criação das Secretarias de Educação dos Estados e o Ministério da Educação. Assim, foi construído um sistema nacional de educação, posto que os sistemas educacionais passassem a ser centralizados pelas competências e órgãos do poder público.

A Revolução de 1930 contou com a participação de um grupo de educadores que defendia uma educação nacional renovada. Denominado Manifesto dos Pioneiros, propunha que a educação fosse uma ferramenta de reestruturação do país — bem como o sistema educacional público, leigo, obrigatório e gratuito — e adaptada de acordo com os atributos regionais e as propensões dos alunos. Além disso, havia a formação universitária de todos os docentes (PILETTI, 1990).

Segundo Piletti:

O curso secundário existia em função do curso superior; funcionava mais como preparatório para o ingresso ao ensino superior. Tanto era que assim que o ensino secundário e o superior eram reformados pelo mesmo decreto, ao passo que, a partir de 1930, o ensino secundário passou a ser reformulado por legislação independente (PILETTI 1990, p. 59).

Com isso, o curso secundário vinha para auxiliar os alunos na sua preparação ao curso superior, realizando atividades que favorecesse o seu aprendizado e a sua formação.

Na segunda metade da década de 30, houve o golpe do Estado Novo, e Getúlio Vargas adotou o controle ditador. A Constituição passou a esclarecer o direito de todos à educação, privilegiando as escolas particulares e estabeleceu como dever do Estado o ensino profissionalizante às classes populares. Já o ensino secundário foi modificado novamente, objetivando principalmente o patriotismo (PILETTI, 1990).

Nesse período, o ensino profissional, de acordo com Piletti (1990, p. 91):

Quem fizesse o curso profissional e pretendesse continuar seus estudos em nível superior, só poderia fazê-lo se completasse o curso secundário integral. Ou seja, nenhuma utilidade tinha o curso profissional em termos de continuidade dos estudos.

O curso não surgia para ajudar na formação profissional, era apenas um conforto aos menos favorecidos, que não tinham condição de continuar seus estudos, e como um auxílio para os filhos das classes dominantes.

Todavia, com a redemocratização do país em 1946, a Constituição reintroduziu alguns princípios que foram abolidos, como a educação sendo um direito para todos, o ensino obrigatório e gratuito, bem como fornecido pelos poderes públicos, além da disciplina de Ensino Religioso como obrigatória. Igualmente, nesse período, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) passou a entrar em vigência, de acordo com Piletti (1990).

Portanto, a LDB tinha como principal finalidade a liberdade de ensino, que, como tal, comoveu as discussões e opiniões dos educadores, os quais se dividiram em duas posições: a primeira representada pelos docentes do movimento da educação nova que defendiam a escola pública, e a segunda, representada pelos meios católicos, que defendiam a escola particular. A partir dessa lei, a educação se estruturou em quatro níveis, sendo jardim de infância, primário, ensino médio (secundário, técnico e formação para professores) e ensino superior.

Os conteúdos curriculares eram três, nacional, regional e outros próprios da instituição. Pode-se dizer que, a partir da criação e debate em relação à LDB, as discussões acerca da escola pública aumentaram, fazendo com que a mesma aumentasse, pois garantia uma educação para todos. Sendo que a classe mais alta estudava nas escolas privadas.

Além disso, Piletti (1990) salienta que surgiram vários movimentos da educação popular, que eram patrocinados pelo Governo Federal e propostos, sobretudo, à alfabetização de adultos, realizada por meio do método de Paulo Freire.

A partir de 1964, a educação brasileira, da mesma forma que outros setores da vida nacional, passou a ser vítima do autoritarismo que se instalou no País. “Reformas foram efetuadas em todos os níveis de ensino, impostos de cima para baixo, sem a participação dos maiores interessados — alunos, professores e outros setores da sociedade” (PILETTI, 1990, p. 114).

Com essa reforma, os professores, alunos e a sociedade ficaram de mãos atadas sem poder fazer e nem falar nada, tinham que apenas obedecer ao tratado.

Por meio das reformas educacionais nesse período de regime militar, o governo acarretou as seguintes mudanças no ensino superior: estabeleceu um vestibular classificatório, eliminando as vagas excessivas; as universidades eram baseadas em um modelo empresarial e foram organizadas isoladamente; e as vagas em escolas de nível superior de rede privada foram multiplicadas (PILETTI, 1990).

Na reforma do 1º e 2º graus, era para ser realizado um preparo para o trabalho, a fim de que os alunos soubessem viver em sociedade (alguns princípios da escola até hoje), preparando os indivíduos para a vida fora da escola. Porém, em muitas circunstâncias, poucos

conseguiam chegar até o 1º grau, a maioria abandonava a escola antes disso, o que ainda acontece.

No período de transição, que se deu a Nova República, após anos de governo militar, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, a qual articulou quatorze entidades, representando os vários setores sociais, formando, assim, o Fórum da Educação na Constituinte. Esse resguardava como princípios básicos o dever do Estado em favorecer o ensino público, gratuito e laico, sendo de responsabilidade do governo Federal 13% das verbas. Contudo, os outros governos, o Estado, Distrito Federal e Município destinariam 25% para o ensino, tendo as verbas públicas dispostas somente para as instituições públicas, assegurando o acesso e a gestão para uma democratização escolar (PILETTI, 1990).

Piletti (1990, p. 136) ressalta que:

Tal fato, independente mesmo do conteúdo dos manifestos, é por si só significativo, pois parece apontar na direção de uma crescente organização da sociedade, resultante de uma consciência cada vez mais clara, e de um número sempre maior de cidadãos, a respeito da necessidade de sua participação na defesa dos interesses que são de todos.

Ciente da importância da luta da sociedade em prol dos seus direitos, o cidadão começou a exigir o que era seu. A partir de então, foi instituída, em 1988, a Nova Constituição brasileira, tendo em vista uma nova realidade. No que tange ao campo educacional, a educação passou a ser não somente responsabilidade do Estado como também da família e da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do educando. De tal forma que passou a seguir os seguintes princípios: as condições igualitárias, para o acesso e permanência na escola; a liberdade e as diversas ideias, o ensino gratuito; valorizando o corpo docente e a gestão democrática, disponibilizando um ensino de qualidade (PILETTI, 1990).

Além disso, formulou-se o Plano Nacional da Educação, com o propósito de desenvolvimento do ensino de modo integrado com o poder público, com vistas à universalização e melhoria da qualidade de ensino em todos os seus aspectos formativos, segundo afirma Piletti (1990).

A nova Constituição propôs uma nova mudança para a LDB no período de 1961, entendendo, assim, os níveis e as características do ensino, visando ao desenvolvimento democrático da escola e da sociedade.

De 1983/1987, foi implantada, pelo antropólogo Darcy Ribeiro, a escola de tempo integral, onde os alunos eram auxiliados no que precisassem, nos deveres de casa, tendo uma

alimentação adequada, atividades de lazer e tinham seus estudos normais, o que auxiliavam os alunos nos seus estudos (PILETTI, 1990).

Contudo, observa-se, nos dias atuais, de acordo com os postulados de Piletti (1990), que o processo educacional, que passou por todo esse contexto histórico, progrediu pouco em termos quantitativos e qualitativos, pois os brasileiros ainda continuam excluídos de oportunidades no que se refere à educação. Podem-se perceber taxas de analfabetismo; grave problema de seleção que, em consequência, leva à exclusão; índices de repetência e evasão escolar. Deste modo, não bastam somente as bases legais, mas o cumprimento das ações do poder público, ou seja, idealizar o discurso e a prática juntos, já que a educação é direito de todos.

### 1.1 Ensino

A palavra ensino possui várias definições. De acordo com Villela e Archangelo (2013), pode-se dizer que essa palavra encontra-se no âmbito educacional, a fim de expressar as fases do ensino e/ou também os conhecimentos especializados nas escolas, como ensino de Português, por exemplo. Ademais, o conceito de ensino se completa com o conceito de aprendizagem, ou seja, é o conjunto que determina as ações educacionais, por meio das quais o aluno se beneficia a partir das obtenções de conteúdos e capacidades distintas.

Villela e Archangelo (2013, p. 58) ressaltam que: “[...] o ensino pode ser considerado o processo de intervenção pedagógica, real ou virtual, junto ao aluno, visando à sua aquisição de conhecimento sistematizado e ao desenvolvimento dessas formas de pensamento”.

Deste modo, o ensino está interligado à obtenção de conhecimentos sistematizados através do aluno, mediante a intervenção pedagógica que é realizada na sala de aula ou também pelos meios a distância.

Para falar de ensino, é necessário, primeiramente, conceituar a palavra educação, que, segundo Libâneo (1994, p. 22),

Educação é um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento onilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas — físicas, morais, intelectuais, estéticas — tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais.

A educação ensina os conceitos básicos, necessários para que o indivíduo desenvolva no convívio em sociedade, através das relações sociais e dos ensinamentos ministrados, a fim de que sejam sujeitos autônomos.

Quanto ao processo de ensino e aprendizagem, Zabala (1998) afirma que, geralmente, pouco se compreende sobre esse processo, que requer critérios para sua intervenção e relacionamento. Deste modo, é necessário entender que a prática é baseada no ato reflexivo, em consonância com o campo profissional de atuação.

Os próprios efeitos educativos dependem da interação complexa de todos os fatores que se inter-relacionam nas situações de ensino: tipo de atividade metodológica, aspectos materiais da situação, estilo do professor, relações sociais, conteúdos culturais, etc. (ZABALA, 1998, p. 15).

A ação educativa está acoplada à interação dos fatores que compreendem a situação de ensino como os tipos de atividades e os conteúdos, os materiais a serem utilizados durante as situações, o perfil do docente e as relações do meio social. Com efeito, a prática educativa consiste na função social de ensinar e no conhecimento de como aprender. Esses dois fundamentos estão integrados ao papel da educação e seu sentido. Logo, atrás de uma metodologia é concedido ao ensino uma compreensão de valor que está relacionado ao ato de ensinar e de aprender (ZABALA, 1998).

Segundo Libâneo (1994), o ensino e as disciplinas que os docentes ministram para seus alunos devem estar alicerçados por objetivos, conteúdos e procedimentos metodológicos, ou seja, como será organizado o ensino, possibilitando que os alunos aprendam e apreendam conhecimentos, ampliando suas capacidades cognitivas. Educador e educando devem trabalhar juntos. O professor, através de suas práticas educacionais, media os conhecimentos que os alunos irão construir durante o processo de ensino e aprendizagem.

Muitas vezes, percebemos um ensino deficiente: o professor passa a matéria e o aluno copia, decora e estuda só quando vai fazer a prova, não tendo a oportunidade de realizar trocas de experiência nem fazer questionamentos. Isso se respalda pelo ensino tradicional. Libâneo (1994, p. 78) argumenta que:

[...] o ensino deve ser mais que isso. Compreende ações conjuntas do professor e dos alunos pelas quais estes são estimulados a assimilar, consciente e ativamente, os conteúdos e os métodos, de assimilá-los com suas forças intelectuais próprias, bem como a aplicá-los, de forma independente e criativa, nas várias situações escolares e na vida prática.

Para Libâneo (1994), é importante que aconteça a troca de conhecimentos entre o docente e o discente, de modo que ambos possam discutir e socializar para chegarem ao conhecimento, fazendo a compreensão das ações de ensino, a fim de que o aluno pense, conscientize-se sobre os conteúdos propostos pelo docente e os internalize. A formação do aluno não ocorre somente no ambiente escolar, por isso, precisa saber viver em sociedade, somando conhecimentos no decorrer de sua vida.

Sendo assim, os livros didáticos são importantes no processo de ensino e aprendizagem, porém tal suporte é apenas um auxílio para que o docente realize suas práticas educacionais. Não basta apenas transmitir o conteúdo e deduzir que o aluno aprende, é necessária a intervenção do professor, proporcionando ao discente partilha de experiência, socialização e assimilação (LIBÂNEO, 1994).

Acerca da formação do discente, Zabala (1998) ressalta a função social do ensino, ou seja, seu papel no cenário educacional. Ele considera primordial o papel da educação na promoção da formação integral dos alunos. Também a LDB 9394/96 destaca, em seu segundo artigo, que:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A lei que rege a educação brasileira enfatiza em seu artigo que a educação é obrigação da família e do Estado e que objetiva o desenvolvimento da formação integral do educando, a fim de qualificá-lo para o trabalho e prepará-lo para o exercício da cidadania. Por isso, educar é formar cidadãos, com o intuito de que essa formação não seja considerada compartimentada ou isolada (ZABALA, 1998).

Segundo Libâneo (1994), para a realização do processo de ensino e aprendizagem, faz-se necessário que o professor analise bem os conteúdos que irá ministrar aos seus alunos, para que contribua para o seu desenvolvimento mental, social, intelectual; tendo o domínio e habilidades cognitivas, sendo esses indispensáveis para o desenvolvimento do aluno, levando-os a pensar e a raciocinar. O que é muito importante, pois é nessa hora que o aluno irá organizar os conhecimentos que possui para aprender os novos conhecimentos que virão. Cabe ao professor respeitar o tempo de aprendizagem de cada educando, tendo a certeza de que, antes de acontecer essa assimilação dos conteúdos, é impossível que o aluno aprenda os novos. Se tal fato ocorrer, poderá fazer com que o aluno tenha mais dificuldades, pois ele

tentará aprender um conhecimento que, para ele, ainda possa não ter ficado claro, levando-o ao fracasso escolar.

O autor supracitado ainda ressalta que a escola deve trabalhar com planejamento para auxiliar os alunos a se desenvolverem intelectualmente, associando o estudo à vida prática. As vivências e as práticas do professor contam muito para os alunos, tendo a certeza de que, para eles, essa troca favorece um ensino de qualidade.

O desenvolvimento das práticas educacionais relativas à atividade do profissional tem como influência suas experiências que intervêm na maturidade dos discentes. Entretanto, não basta somente considerar as experiências do docente, mas elevar seu conhecimento rigoroso; implicando nos fatores que abrangem o desenvolvimento dos educandos. Além disso, é fundamental que os educadores possam avaliar suas práticas para analisar se essa intervenção pedagógica está alinhada às funções da escola, uma vez que as finalidades do processo educacional devem ser o ponto inicial de qualquer análise prática (ZABALA, 1998).

No que se refere ao ensino, é necessário discorrer um pouco sobre a aprendizagem, que pode acontecer de forma casual ou organizada, segundo Libâneo (1994). A primeira ocorre por um aprendizado vindo através das relações sociais e familiar, e a segunda manifesta-se em conhecimentos específicos e planejamento sistematizado de um ensino escolar. Assim sendo, a aprendizagem escolar acontece por meio de um planejamento do professor usando suas práticas educacionais, e não apenas de forma casual e espontânea, mas intencional, com atividade que desenvolva as ações cognitivas no aluno, sendo essa fundamental no processo de ensinar.

Vale destacar que, durante o processo de ensino, é necessária a motivação na aprendizagem, uma vez que o professor, juntamente como o apoio dos familiares, deve despertar nos estudantes a expectativa da curiosidade pelo conhecimento, fazendo com que eles queiram estudar, pesquisar e saber sobre os novos conhecimentos diante de todo o processo educacional. Desse modo, considera-se que a eficácia da aprendizagem esteja no preparo da aula, ou seja, na prática do professor, que deve ser dinâmica e que provoque o interesse nos alunos, não sendo cansativa nem estressante, mas prazerosa (LIBÂNEO, 1994).

Acerca disso, a LDB nº 9.394/96 assevera em seu primeiro artigo:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.



A educação é compreendida como o processo de formação humana que se dá através não somente das instituições de ensino como também pela família, pela convivência com o próximo, pelos órgãos da sociedade civil, pelos movimentos sociais e manifestações culturais, assim como afirma a LDB.

Vale frisar que o processo de ensino enquanto processo de aprendizagem não pode estar longe da realidade do aluno. Também a forma como se ensina não é produtiva quando feita através da memorização, a qual permite que o aluno guarde os conteúdos, mas não garante a aprendizagem, tornando-os passivos e sem entendimento, não acontecendo a mediação do professor nem a socialização dos alunos. O ensino deve possibilitar que o estudante reflita sobre o estudo, fato indispensável no processo de aprendizagem. Libâneo afirma que:

[...] o ensino é a atividade do professor de organização, seleção e explicação dos conteúdos, organização das atividades de estudo dos alunos, encaminhando objetivos, métodos, formas organizativas e meios mais adequados em função da aprendizagem dos alunos (1994, p. 92).

Deste modo, a forma de ensinar está compreendida pela prática educativa que, por meio do professor, as atividades a serem desenvolvidas devem ser organizadas e selecionadas, sendo conduzidas a partir dos objetivos e métodos, visando ao favorecimento da aprendizagem dos discentes.

Um dos principais objetivos escolares, segundo Libâneo (1994), é considerar o ensino como processo estimulador por situações de características existentes, feita pelo professor para auxiliar os alunos, fazendo que esses alcancem o conhecimento, desenvolvendo capacidades cognitivas.

De acordo com Zabala (1998), a questão do ensino que se refere ao porquê de ensinar e como ensinar é determinada pelos conteúdos de aprendizagem. Sendo assim, a palavra conteúdo é compreendida para tudo que se deve aprender e que está relacionado ao sentido restrito dos conhecimentos das disciplinas.

Este sentido, estritamente disciplinar e de caráter cognitivo, geralmente também tem sido utilizado na avaliação do papel que os conteúdos devem ter no ensino, de forma que nas concepções que entendem a educação como formação integral se tem criticado o uso dos conteúdos com única forma de definir as intenções educacionais (ZABALA, 1998, p. 30).

Assim, faz-se necessário reavaliar os conteúdos no processo de ensino, uma vez que são entendidos como única forma do objetivo educacional. Os conteúdos de aprendizagem

não são exclusivamente as disciplinas, mas todos aqueles conteúdos que permitem não só o progresso das capacidades cognitivas, mas também das habilidades afetivas, motoras e sociais (ZABALA, 1998).

Zabala (1998) assevera que os conteúdos de aprendizagem compreendem uma visão ampla, permitindo que se valorize o currículo oculto — que se atinge na escola, mas não aparece explicitamente nos planos de ensino e aprendizagem. “Assim, pois, a conclusão é evidente: o ensino tem que ajudar a estabelecer tantos vínculos essenciais e não-arbitrários entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios quanto permita a situação” (ZABALA, 1998, p. 38).

Pode-se inferir que o ensino é a ponte que permite a ligação entre os conhecimentos prévios e as novas aprendizagens. Dessa forma, percebe-se que o processo de ensinar e aprender é dirigido pela superação de desafios, os quais devem ser enfrentados, indo além do ponto inicial, sendo que esse estabelecido não somente pelo que se sabe.

## 1.2 Prática de Ensino

A prática de ensino ocorre por meio dos conhecimentos organizados pelos docentes a serem compartilhados com os discentes, contribuindo para a aprendizagem dos alunos, sendo a prática educativa social e universal, uma vez que prepara os indivíduos para uma formação pessoal, intelectual e social. No entanto, notamos uma ligação entre a prática educativa e a sociedade, pois a sociedade precisa desenvolver conhecimentos que auxiliem os indivíduos na sua vida pessoal e social (LIBÂNEO, 1994).

Segundo Piletti (1990), a prática individual e coletiva no âmbito do processo educacional só é realizada diante da composição de ambos, ou seja, o individual não existe sem o social e vice-versa. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que a procedência educacional inicia-se tanto no indivíduo quanto na sociedade, sendo que a integração entre ambos compreende o verdadeiro sentido da educação e da vida humana.

É necessário enfatizar que: “Indivíduo e escola e escola e sociedade não são entidades estanques, que se desconhecem, mas dinâmicas, cujo desenvolvimento depende das relações que mantêm entre si (PILETTI, 1990, p. 14)”. Por isso, a escola, o indivíduo e a sociedade devem ser instituições dinâmicas e flexíveis, e não isoladas, já que a finalidade é o desenvolvimento de suas relações. A escola é responsável por contribuir com a implantação da democracia nas práticas do cotidiano escolar.

De acordo com Piletti (1990), o termo educação é um processo universal, que, enquanto ação educacional, sofre influências no processo de formação. Assim:

Trata-se da educação vista como a influência que as gerações consideradas adultas exercem sobre as gerações mais jovens, com o objetivo de levá-las a desenvolverem-se — física, intelectual e moralmente — de acordo com as expectativas da sociedade ou, por outra, dos grupos sociais determinantes. (PILETTI, 1990, p. 8).

A educação é influenciada pelos adultos, que exercem sua função nos mais jovens, tendo por finalidade o desenvolvimento em todos os seus aspectos, conforme a perspectiva do meio social. Ainda neste sentido, Luzuriaga (1970) destaca que a educação é um afazer individual que tem como ocupação a disponibilidade de conhecimentos e recursos de comunicação entre os indivíduos. Para tal, esses recursos e conhecimentos no processo educacional se dão através da prática e das experiências transmitidas de uma geração à outra. Nesse sentido, com o passar dos anos, ampliaram-se as práticas educativas, que passaram a servir os ideais individuais, coletivos e humanos. Com isso, desenvolveram-se vários processos e métodos escolares para ensinar a ler, escrever e fazer cálculo; em seguida, vieram as disciplinas, até chegar às metodologias da educação contemporânea.

A prática educativa é uma condição para a vida em sociedade, uma forma de fornecer aos indivíduos informações culturais que os ajudem a viver no meio social, que os levem às necessidades econômicas, sociais e políticas, conforme esclarece Libâneo (1994). Diante disso, Cunha (1994, p. 105) define a prática da seguinte forma: “A prática pedagógica foi aqui delimitada como sendo a descrição do cotidiano do professor na preparação e execução de seu ensino”, ou seja, o dia a dia do docente no ato de ensinar configura sua prática.

Libâneo (1994) acrescenta que é possível ver nas práticas, em sentido amplo, as organizações sociais, os interesses políticos, culturais e econômicos, que devem ser abrangidos pelos educadores.

O modelo de educação distingue-se em práticas educativas não intencionais e intencionais, sendo que a não intencional refere-se ao contexto social e ao meio ambiente do indivíduo, que corresponde às práticas do conhecimento, experiências, valores que não são intencionais, portanto que se realizam no seu cotidiano sem que se percebam. A educação intencional é aquela que tem objetivos fundamentais, iguais ao ensino na escola, o educador precisa organizar os ensinamentos a serem ministrados para seus alunos. Libâneo (1994, p. 18), a respeito da educação não formal, destaca:

Podemos falar da educação não-formal quando se trata de atividades educativas estruturadas fora do sistema escolar convencional (como é o caso de movimentos sociais organizados, dos meios de comunicação de massa etc.), e da educação formal que se realiza nas escolas ou outras agências de instrução e educação (igrejas, sindicatos, partidos, empresas).

Essa educação diz respeito às atividades de ensino dadas fora da escola, por determinado movimento social, e a educação formal é realizada tendo um objetivo explícito igual ao ensino escolar.

Nesse sentido de educação formal e informal, Piletti (1990) afirma que a educação é entendida como processo histórico, flexível e sujeito a transformações, pode ser entendida como um processo informal e formal. Tem como processo organizado pelas aprendizagens através do convívio social, da vida cotidiana, desenvolvendo objetivos, conteúdos e meios, que são responsabilidade da escola.

Os grupos sociais têm interesses distintos e adversos, refletem tanto em organizações econômicas, políticas como na prática educacional. Sendo assim, as intenções do ensino manifestam-se pelas estruturas dinâmicas das relações de grupos sociais (LIBÂNEO, 1994).

Piletti (1990, p. 12) ressalta:

Na verdade, todo e qualquer processo educacional leva a um fim, conduz à formação de um ser humano que tem uma teoria e uma prática sociais determinadas, tenha ou não o educador consciência disso. Desta maneira, a educação tem como finalidade a formação do indivíduo que se dá através da teoria e da prática. O educador deve estar preparado, para fornecer ao aluno materiais que o auxiliem no seu desenvolvimento, não só na teoria mas também na prática.

Para tal, o processo mais usado tem como ponto de partida a prática que recorre à teoria, uma vez que a prática pedagógica do docente inclui tudo que está próximo à realidade do educando, dando sentido ao seu processo de aprendizagem (CUNHA, 1994).

As práticas educacionais, as relações do sujeito no mundo social, a relação do professor com os discentes, o trabalho desses profissionais, o objetivo da educação, a compreensão sobre os alunos, tudo isso está repleto de significados que compõem a ação das relações entre determinados grupos sociais nas quais esses indivíduos estão inseridos. Com isso, os sujeitos, através de suas relações que correspondam a vários contextos, darão a eles definições sobre pessoas, ideias e coisas que fazem parte do convívio no meio social.

De tal modo, Cunha (1994) pontua que as práticas referem-se às experiências vivenciadas no dia a dia do educando, na produção do conhecimento em sala de aula, na

decisão do problema social do discente, nos estudos de caso. Em sentido amplo, a prática denota um saber que procede em ação. É necessário ainda destacar que:

O campo específico de atuação profissional e política do professor é a escola, à qual cabem tarefas de assegurar aos alunos um sólido domínio de conhecimento e habilidades, o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, de pensamento independente, crítico e criativo. Tais tarefas representam uma significativa contribuição para a formação de cidadãos ativos, criativos e críticos, capazes de participar nas lutas pela transformação social (LIBÂNEO, 1994, p. 22).

Sendo assim, o professor deve preparar seus alunos para a vida em sociedade, para que eles possam ser autônomos e capazes de pensar e raciocinar sobre suas ações no meio em que estão inseridos, lutando pelos seus direitos, tendo plena consciência sobre seus atos, conforme Libâneo (1994) destacou anteriormente.

Somando ao exposto, Freire (1996, p. 43) reitera: “Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Assim, durante o processo educacional e tendo como referência norteadora o docente na prática pedagógica, faz-se necessário que o educador analise criticamente as práticas existentes, para que possa aprimorar sua própria prática.

### 1.3 Estratégias

As estratégias de ensino estão relacionadas à maneira como o professor se prepara, estuda e organiza os conteúdos de ensino que irá ministrar para os alunos e que esse venha favorecer ao conhecimento e aprendizagem do discente. Tendo a noção de aonde se pretende chegar com determinado ensino, e se o mesmo está claro tanto para o aluno como para o professor que o direciona (ANASTASIOU; ALVES, 2004).

Faz-se necessário conhecer o que o aluno já sabe, verificar em que nível está, para utilizar estratégias que visem a auxiliar os estudantes em seu percurso escolar. Nota-se, ainda, a necessidade de uma nova forma de organizar as estratégias de ensino, deixando de lado o modo tradicional de memorização, como frisam Anastasiou e Alves (2004). Assim sendo, vale destacar que: “A saída tem sido a criação coletiva de momentos de experimentação, vivência e reflexão sistemática, com relatos de experiências socializados pelos colegas, em que dificuldades são objetos de estudo, visando à superação dos entraves (ANASTASIOU; ALVES, 2004, p. 72).

Segundo Anastasiou e Alves (2004), o professor pode fazer oficinas pedagógicas e, por meio dos conhecimentos adquiridos, poderá elaborar nova organização de um novo fazer pedagógico. Quando o professor participa das reuniões e ajuda na construção do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, pode discutir as possíveis estratégias que irá nortear o seu trabalho em sala de aula, buscando contribuições à formação do indivíduo e tendo os materiais adequados para organizar as suas estratégias de ensino.

As autoras supracitadas apresentam uma interessante concepção acerca das estratégias de ensino, valorizando o diálogo entre aluno e professor, sendo este responsável por aguçar a criticidade do educando, a fim de que se torne um sujeito autônomo, sabendo expressar seus pontos de vista e perguntar quando tiver dúvidas (ANASTASIOU; ALVES, 2004).

Anastasiou e Alves (2004, p. 80) discutem sobre o material que o professor precisa disponibilizar para o aluno:

A escolha de um material que seja acessível ao estudante e, ao mesmo tempo, que vá desafiá-lo, assim como o acompanhamento do processo pelo professor, é condição de sucesso nessa estratégia. São habituais as observações de docentes acerca da dificuldade de leitura e interpretação por parte dos estudantes.

Nota-se, pois, a importância da escolha do material que o professor irá utilizar nessa estratégia de ensino, tirando os alunos da sua zona de conforto e os levando a construir, juntamente com os colegas, um conhecimento que vise a contribuir para o seu aprendizado de uma forma dinâmica, por meio da reflexão feita sobre o conteúdo de ensino. O educador deve estar atento às dificuldades do aluno, auxiliando-os sempre que necessário.

Quando o docente propõe uma estratégia para o aluno, promove uma ação de organização de pensamentos, que, muitas das vezes, pode lhe ser complexo, mas lhe permite fazendo analisar o tema sugerido e buscar maneiras de resolver a questão proposta pelo educador — é quando a construção do estudo começa (ANASTASIOU; ALVES, 2004).

Ao realizar estratégias relativas a trabalhos em grupos, é necessário que o educador exponha aos alunos, de maneira clara, o que deverá ser desenvolvido por eles, tendo cuidado na organização dessas atividades, visto que as tarefas propostas devem estar em concordância com o projeto a ser almejado, tendo o professor com o aluno um pacto, visando à ação ativa do estudante no conhecimento a ser realizado.

Dessa forma, é fundamental ressaltar a importância da mediação dos objetos de conhecimento, que pode ser feita pelo educador ou por outros meios de conhecimento, conforme ponderam Anastasiou e Alves (2004, p. 75):

Sabemos que a aprendizagem é um ato social, necessitando da mediação do outro como facilitador do processo. Esse outro que estabelece a mediação entre o aluno e o objeto de estudo pode ser o professor, os colegas, ou um texto, um vídeo, um caso a ser solucionado, um tema a ser debatido.

A mediação se faz precisa como um auxílio ao aluno na construção do conhecimento, podendo utilizar estratégias e norteando esse aprendizado através dos materiais que o professor disponibiliza a ele, ou mediante uma socialização com os colegas e outros meios de conhecimento, como os livros, revistas, jornais, dentre outros materiais (ANASTASIOU; ALVES, 2004).

Para as autoras, desenvolver um trabalho em grupo não é igual a fazer parte de um, sendo essencial a comunicação entre as pessoas, o respeito, a harmonia, sabendo lidar com o outro, com suas emoções e tendo maturidade, que é uma coisa que deve ser desenvolvida no aluno. O educador, por sua vez, deve estar presente com os educandos, dando-lhes o apoio e o auxílio nos grupos. As falas e reflexões do aluno devem ser mediadas pelo professor, fazendo com que os estudantes consigam expor as suas capacidades e a sua ação realizada. É importante que os alunos reconheçam que os erros fazem parte da aprendizagem e saibam se ajudar mutuamente, a fim de que o resultado do trabalho seja bem-sucedido (ANASTASIOU; ALVES, 2004).

De acordo com Anastasiou e Alves (2004), as estratégias desenvolvidas pelo professor, por meio de oficinas, são qualificadas como um fazer pedagógico, ou seja, como ele irá organizar essas estratégias de ensino, a produção e a reconstrução dos conhecimentos são fundamentais. Sendo esse ambiente um lugar onde o aluno possa descobrir-se, inventar, planejar, criar, problematizar, em uma construção individual ou com os outros indivíduos.

Já a estratégia por meio de um estudo de caso possibilita ao aluno argumentar juntamente com seus colegas, buscando a melhor solução para o desafio proposto pelo docente, construindo conhecimentos e sabendo falar a respeito, tendo a certeza de que, quanto mais complexo e curioso for para o aluno, mais formas e meios de se chegar à solução do problema ele terá de buscar (ANASTASIOU; ALVES, 2004). Zabala (1998, p. 90) contribui, destacando que:

[...] podemos falar da diversidade de estratégias que os professores podem utilizar na estruturação das intenções educacionais com seus alunos. Desde uma posição de intermediário entre o aluno e a cultura, a atenção à diversidade dos alunos e das situações necessitará, às vezes, desafiar; às vezes dirigir, outras vezes, propor, comparar. Porque os meninos e as meninas, e as situações em que têm que aprender, são diferentes (ZABALA 1998 , p. 90).

São notórias as diversas estratégias que o educador poderá organizar e fornecer para o aluno, buscando a compreensão sobre os conhecimentos que deseja construir com eles, em diferentes situações. As estratégias de ensino norteiam esse trabalho realizado pelo docente.

Zabala (1998) ainda ressalta que a relação direta entre o discente e o docente deve autorizar o acompanhamento dos métodos que os alunos irão realizar na sala de aula, o que torna necessário o auxílio das intervenções em relação ao que for acontecendo no decorrer da aprendizagem dos alunos. De acordo com Zabala (1998, p. 93):

É preciso propor aos alunos exercícios e atividades que ofereçam o maior número de produções e condutas para que sejam processadas, a fim de que oportunizem todo tipo de dados sobre ações a empreender. Mover-se nos parâmetros de referência metodológicas extremamente abertas à participação do aluno para conhecer o processo que cada um segue.

O educador deve propor atividades diversificadas aos estudantes, visando à compreensão e ao êxito em seu desenvolvimento e aprendizagem, deixando que o aluno faça parte não só na realização da atividade, mas no seu acompanhamento e escolha.

Segundo Zabala (1998), o professor deve organizar um ambiente apropriado para a realização das atividades, a fim de que os alunos relatem sobre suas conclusões acerca dos conhecimentos construídos, relacionando um conteúdo a outros, o que auxilia no seu conhecimento antecedente.

Freire (1996, p. 32) acrescenta: “Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho intervindo educo e me educo”. Deste modo, o professor também deve buscar continuamente, aprimorar suas práticas pedagógicas, questionar a si mesmo, ciente de que o saber se faz no coletivo.

Daí se percebe a importância das estratégias de ensino que visem a trabalhar não somente os conteúdos determinados pelos materiais didáticos, mas proporcionar ao aluno uma condições para resolver problemas que acontecem em seu redor, como salienta Freire (1996, p. 33):

Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gente.



Freire (1996) sugere para professores aproveitarem situações reais que acontecem no cotidiano do educando e levá-las à sala de aula, deixando que os estudantes falem sobre determinado assunto, para que, por meio deles, trabalhem outros conceitos pertinentes. O educador pode organizar suas estratégias de ensino com um olhar atento aos conhecimentos e experiências que o aluno possui e que trazem um significado para tal, buscando a sua compreensão sobre assuntos distintos, auxiliando-o na construção de sua aprendizagem em diversas áreas do conhecimento.

#### 1.4 Metodologias e métodos<sup>2</sup> de ensino

Segundo Luzuriaga (1970), o método é a principal ferramenta que o educador utiliza para atingir seus fins. Os métodos são usados desde que a educação existe e, contudo, pode-se dizer que não há um método exclusivo de modo universal. O termo “método” pode ser acentuado de várias maneiras. O método lógico se refere aos conhecimentos seguros, ou seja, exatos. Portanto, o pedagógico é o ensino aprendido mediante as verdades adquiridas. “O método lógico aplica-se ao estudo teórico da pedagogia; o método pedagógico, à execução prática da educação” (LUZURIAGA, 1970, p. 223). O método lógico está interligado à teoria, e o pedagógico com a prática.

Quando se limita o método pedagógico ao da educação, é fundamental verificar qual a finalidade que executará. Se o objetivo da educação for passar conhecimentos, o método terá caráter intelectual. Se o propósito da educação for o desenvolvimento integral do indivíduo, o método será global e ativo (LUZURIAGA, 1970).

Neste sentido, o autor mencionado explica que o método não depende apenas da finalidade como também do indivíduo a quem se destina, ou seja, não se aplica o mesmo método à criança e ao adolescente, por exemplo. À medida que vai se descrevendo sobre os métodos pedagógicos, é necessário destacar que eles evoluíram da mesma forma que as finalidades da educação. Luzuriaga (1970, p. 226) ratifica:

Começaram pela forma mais simples, a exposição da matéria a ensinar; seguiram-se o diálogo e a interrogação baseada nas palavras; a estes sucedeu a apresentação dos objetos, a intuição, e, por fim, chegou-se à participação direta do aluno, aos métodos ativos da educação.

---

<sup>2</sup> Neste trabalho, método se equivale à forma de ministrar aulas, maneira escolhida pelo professor para conduzir suas ações pedagógicas.

A evolução dos métodos pedagógicos teve o início da palavra para o objeto, e este para a prática. Com isso, faz-se necessário destacar os dois pontos fundamentais do método: sujeito e objeto, meios e fins, de modo que tenha a uniformidade de um com o outro.

Deste modo, Luzuriaga (1970) ainda afirma que o método educativo é o conjunto de princípios que se dirige ao desenvolvimento integral do indivíduo, através das disciplinas e atividades que o educador considera importante, visando às intenções e particularidades psicológicas do estudante.

Diante disso, Zabala (1998) assevera que o primeiro critério para a identificação de uma metodologia é o tipo de ordem das atividades, uma vez que permite realizar as caracterizações da forma de ensino. Desta maneira, podem-se estabelecer as seguintes considerações acerca da sequência didática, ou seja, metodologia, que existem nos tipos de atividades:

Conhecimentos prévios: é o ponto de partida que permite informar sobre os conhecimentos dos alunos, através da elaboração de hipóteses/suposições.
Significância e funcionalidade dos novos conteúdos: é uma descrição da sequência de como os conteúdos são tratados de forma significativa ou funcional, independentemente do modo como se iniciou a intervenção, a fim de ampliar o conhecimento que o aluno considera interessante.
Nível de desenvolvimento: o grau de complexidade que determina a compreensão no processo de aprendizagem.
Zona de desenvolvimento proximal: é a informação que se tem sobre o que o discente sabe ou não, a fim de constituir uma ordem progressiva nas atividades, fazendo com que o aluno melhore a partir de seu ritmo e possibilidades.
Conflito cognitivo e atividade mental: é um processo de construção de significado segundo uma situação-problema, provocando um intenso processo intelectual.
Atitude favorável: implica na motivação e interesse dos alunos, dando sentido à função do docente como beneficiador e dinamizador de toda ação educacional.
Autoestima e autoconceito: consideram-se as relações estabelecidas através da dinâmica do grupo, bem como as formas de intervenção, possibilitando o modo de avaliar, a fim de ajudar positivamente ou não no processo de autoestima e autoconceito.

Aprender a aprender: está relacionado às estratégias e habilidades que favoreçam o processo de aprendizagem.

**Tabela 1 – Metodologia das Atividades**

**Fonte:** Zabala, 1998, p. 63/64.

Luzuriaga aponta que os métodos pedagógicos, de modo geral, são inúmeros. Em síntese, podem ser classificados em:

Métodos lógicos: caracterizados pela abstração e determinação. O primeiro é quando, de uma representação complexa, detém alguns componentes como dados de um conceito, eliminando o resto. Por exemplo, na análise de uma frase, prioriza a ortografia ou o significado da palavra. Já o segundo é o contrário do primeiro.

Métodos psicológicos: são aqueles relacionados à observação e experimentação pedagógica; percepção e constatação.

Métodos educativos: são divididos em três grupos: método didático (refere-se àquele em que prevalece o aspecto da instrução e do ensino, restringindo-se ao expositivo, interrogativo e intuitivo); método ativo: é caracterizado pelo aspecto ativo e criador do educando. Dentre eles, estão os métodos Decroly e Montessori, Plano Dalton e método de projetos; métodos especiais: são aqueles que possuem algumas características dos métodos autênticos, de acordo com o objetivo a que se aplicam como: excursões e passeios escolares, cinema e projeção escolar, rádio e discos educativos, entre outros.

**Tabela 2 - Métodos pedagógicos**

**Fonte:** Luzuriaga, 1970, p. 228.

É necessário, neste trabalho, ainda citar, inseridos na metodologia de ensino, os métodos didáticos, os quais sempre estiveram presentes no processo educacional, embora nos dias atuais esse método seja pouco utilizado, pois foi substituído em sua maioria pelos métodos ativos. No entanto, os métodos didáticos têm como uma de suas particularidades o educador como sujeito indispensável ao processo da educação e o discente como sujeito receptivo. Além disso, pode-se dividi-los em três partes: expositivo, interrogativo e intuitivo:

Método expositivo: refere-se ao método clássico do ensino e, sendo assim, tem como atributos a apresentação da disciplina ou conteúdo por parte do docente; possui o modo dogmático; são utilizados o relato, a narração e a descrição dos fatos ou

acontecimentos; a exposição é através de aula que deve ser clara, espontânea, curta e pausada, e o aluno é passivo, pois como o método é verbal, este se torna ouvinte.

Método interrogativo: esse método é utilizado de várias formas. Porém, enfatiza a forma de diálogo que deve ser aberto, espontâneo e surgir de um problema de interesse do discente, de modo que haja intervenção de todos no momento da conversação. No entanto, as perguntas são a constatação do entendimento do que foi divulgado, havendo em certos momentos a interrupção breve que jamais deve ser sucessiva, pois assim vai perdendo o interesse mediante ao que está sendo dialogado. Há também a forma de exame que verifica o que foi aprendido através da interrogação, mas quase não tem importância no processo educacional, sobretudo quando é realizado com perguntas fixas e de forma mecânica.

Método intuitivo: é baseado na representação e observação de objetos ou imagens que o educando faz através de seu caráter cognitivo. Logo, não incide somente no recebimento passivo dos objetos ou imagens, mas na participação ativa, uma vez que há a astúcia direta de alguma coisa (objeto ou imagem) e encerra na preparação de sua concepção. Neste sentido, pode-se dizer que contribui para os conhecimentos de forma eficaz quando os objetos ou imagens estão interligados com o ambiente ou tema determinado. Desta maneira, esse método é considerado um instrumento fundamental à prática educativa do docente ou à ação do aluno, embora não possa ser avaliado como um método completo do processo educacional.

**Tabela 3 – Métodos Didáticos**

**Fonte:** Luzuriaga, 1970, p. 231-232-233.

Além dos métodos didáticos, há os métodos ativos, que são peculiares ao período da educação contemporânea, embora tenham sido admitidos há muitos anos, mas só se consolidaram à realidade pedagógica na atualidade. Luzuriaga (1970, p. 238) esclarece que os preceitos da atividade dos métodos ativos são amplos às manifestações do espírito e corpo e, para tal, são realçados nos seguintes aspectos:

Orgânico e físico: entende-se que o movimento autônomo, deslocar-se de um lugar a outro e também é composto por duas linhas, sendo o jogo espontâneo e jogo organizado.

Sensorial: se dá pela maneira de preparar materiais didáticos e jogos educativos.

Emotivo: está relacionado com atividades estéticas que têm como base a

manifestação dos discentes, a qual é expressa por meio de desenhos, pinturas, música, dança, poesia, entre outros.
Intelectual: é apoiado no processo de aprendizagem através da experiência em relação ao lugar em que está inserida, como o aprendizado de mundo, a ação de projetos e a solução de problemas, entre outros.
Moral: está associado ao comportamento a partir das circunstâncias vivenciadas e não impostas, tendo discernimento da responsabilidade e da disciplina autoimposta.
Social: está ligado à autonomia dos estudantes, o espírito de solidariedade mútua, bem como a vivência em comunidade.

**Tabela 4 – Métodos Ativos**

**Fonte:** Luzuriaga, 1970, p. 238.

Esse método se resume da seguinte forma: “Em suma, os métodos ativos são objetivos, não, porém, antiintelectuais; são práticos, não, porém, antiteóricos; são realistas, não, porém, antiidealistas; são vitais, não, porém, antissociais” (LUZURIAGA, 1970, p. 238). Os métodos ativos possuem finalidades, estão associados à prática e não apenas à teoria; são reais e não somente ideais; são vivenciados, e não somente sociais.

Ainda sobre os métodos ativos e suas atividades, ressalta-se que estão sujeitos a algumas regras e condições.

A atividade é composta por objetivos determinados e definidos.
O conteúdo de ensino deve estar contido em um plano de trabalho, que inclua atividades sociais e culturais.
A atividade deve surgir das necessidades e interesses reais do educando, de maneira a não se interromper de modo determinante por caprichos do mesmo.
A prática deve ser realizada com a ajuda conjunta, embora seja fundamentada no trabalho pessoal.
O docente deve dirigir a atividade, sem impô-la, de acordo com o que está sendo feito.
Os conteúdos devem ser dirigidos através do desenvolvimento livre de normas e ações de projetos principais.
À medida que o processo educacional vai percorrendo, as atividades também irão se expandindo, a fim de não cortar as fases que vieram antes.
A atividade deve ser feita no ambiente escolar, não sendo como uma regra exclusiva

e decretada, mas como momentos de vivência que são estabelecidas pelos educandos.

**Tabela 5** – Regras e Condições dos Métodos Ativos

**Fonte:** Luzuriaga, 1970, p. 239/240.

Pode-se afirmar que os métodos ativos são quase ilimitados, porém é necessário classificá-los conforme sua importância do ponto de vista histórico e psicológico. Como os métodos individuais, que se processam por meio de atividades sensoriais e motoras, sendo esse o método de Montessori, que dispõe de personalidade individual da prática escolar, de caráter social, favorecendo aspectos no ambiente onde os discentes estão inseridos. Também oferta ao docente atividades que se podem desenvolver com seus alunos, despertando neles o interesse, desenvolvendo conhecimentos, sensações, sentidos, movimentos auditivos, visuais e cognitivos (LUZURIAGA, 1970).

Baseado nessas ideias, o método Decroly possui características próprias. Em primeiro lugar, está o programa de ideias associadas: método rompe com o programa tradicional de matérias e o substitui por outro, de ideias associadas, centrado nas necessidades e interesses da criança (LUZURIAGA, 1970, p. 246).

Esse método destaca a importância do interesse dos discentes à aula a ser ministrada pelo docente, levando-se em conta as suas necessidades, diferente de se ter uma aula apenas, que vise aos conteúdos que precisam ser ensinados.

Métodos coletivos: destaca-se o método de projetos e o trabalho em grupo. Tendo como característica os seguintes fatores: um problema de atividade, que se deve solucionar, de acordo com o ambiente na qual está situado, contendo um propósito para sua aplicação e meios para a realização desse propósito.

Cada grupo pode instalar-se na classe de maneira a ter seu pequeno domínio particular. Sem intervir na formação nem evolução dos grupos, o professor convida os alunos a escolher os diferentes trabalhos cujos tipos lhes são apresentados (LUZURIAGA, 1970, p. 252).

No método coletivo, os alunos têm a oportunidade de trabalhar em grupo, um deve respeitar o espaço do outro, para que, assim, consigam trabalhar em equipe, podendo optar por qual atividade desejam realizar, direcionadas pelo docente que deve auxiliá-los.

## 2. TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS

Os pesquisadores Jesus e Germano, em seu artigo “A importância do Planejamento e a Rotina na Educação Infantil”, publicado em 2013, apresentam importantes considerações sobre o processo de aprendizado dos alunos.

Sabe-se que a Educação Infantil tem como objetivo, segundo Jesus e Germano (2013), o desenvolvimento integral dos alunos, tendo o cuidado necessário nessa etapa, auxiliando o aluno a desenvolver atividades que o ajudem a ter capacidades de se portar em diferentes situações. Proporcionando, assim, atividades e um planejamento de rotina, visando a experiências que ajudem o aluno a se desenvolver integralmente através das práticas fornecidas pelo docente no ambiente escolar.

Muitas vezes, esses profissionais da educação veem a escola como um lugar para deixar as crianças, não considerando a sua real função, sendo preciso, diante disso, repensar a prática docente, realizando uma mudança sobre esse pensamento.

É primordial a interação das crianças com o ambiente do qual fazem parte. Através do seu convívio no meio social e com as atividades e mediações do professor, a criança vai desenvolvendo-se. O professor deve planejar atividades diversificadas, auxiliando as crianças na sua construção e no seu desenvolvimento de capacidades cognitivas, psicológicas e físicas.

Com as crianças menores, a mediação do professor é muito importante nesse processo de ensino e aprendizagem. O estímulo do educador auxilia o desenvolvimento das crianças. Segundo os pesquisadores, o planejamento ajuda esse profissional a organizar conteúdos que auxiliem o aluno no seu progresso, analisando quais atividades podem ser úteis para serem trabalhadas com os alunos, individualmente ou em conjunto. Salientam que, para se alcançar tal aprendizado, é necessário pensar nas especificidades das crianças, no seu ritmo particular de aprendizagem.

O professor precisa suprir as necessidades dos alunos, sendo que, nessa fase, eles dependem dos educadores para comer, dormir, tomar banho, dentre outros cuidados que eles são incapazes de realizar sozinhos. Na realização dessas atividades, o educador pode estabelecer com a criança uma ligação de incentivos e desenvolvimento, durante as experiências vividas, que pode ser feita através do diálogo. Por isso, o professor deve saber quem é o aluno, estreitar laços de afetos entre eles, apresentar-lhes conteúdos que façam parte da sua realidade, ajudando-os em sua compreensão, fazendo deles autônomos e capazes de pensar e refletir sobre os conhecimentos adquiridos.

Assim, a Educação infantil não é estabelecida apenas para cuidar do aluno, mas para ajudar no seu desenvolvimento mental e social. Por isso, o professor é fundamental na vida e no dia a dia dessas crianças, necessitando, pois, ter uma formação qualificada.

Os pesquisadores destacam que a rotina na Educação Infantil se dá pelo trabalho que o educador tem com as crianças, proporcionando momentos de brincadeiras, atividades, cuidados e orientação ao seu desenvolvimento, sendo também a rotina um momento de organização desse segmento. A rotina contém o trabalho a ser realizado, no dia a dia da criança na escola, fornecendo a ela confiança e segurança no ambiente em que esteja inserida.

A rotina está relacionada à prática educativa a ser executada nos diferentes horários do dia, não como uma regra a ser seguida, pois deve ser flexível, auxiliando o professor nas atividades que serão necessárias desenvolver com os alunos durante aquele dia, como a hora do lanche, do descanso, das brincadeiras, das atividades de ensino. Ademais, a rotina ajuda a criança a se acostumar com as diferentes atividades que acontecem no ambiente escolar.

Assim, a rotina é um meio que ajuda tanto o professor como a criança. Sem ela, as atividades ficam desorientadas, causando irritação tanto nos educadores como nos alunos. A rotina ajuda para que, em cada momento, seja realizada uma determinada coisa, de modo a organizar as ações do educador e das crianças.

O professor deve estar atento às necessidades dos alunos, procurando materiais que os ajudem na sua atuação, como, por exemplo, o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, estabelecendo uma ligação dele com a sua prática.

Desse modo, nota-se que, através do estudo que o professor busca por meios de livros didáticos, cursos de formação continuada, participação em seminários, palestras e congressos, pode contribuir para o desenvolvimento da criança, elaborando atividades significativas, contendo objetivos e as estratégias de ensino, dando o apoio de que os seres em desenvolvimento tanto precisam.

Em outro trabalho científico, a pesquisadora Juliana Campregher Pasqualini escreve seu texto com o seguinte título: “O PAPEL DO PROFESSOR E DO ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: a perspectiva de Vigotsky, Leontiev e Elkonin”.

O texto relata, sucintamente, sobre a pesquisa que a autora realizou para a defesa de seu mestrado, destacando o desenvolvimento infantil e o ensino na faixa etária de zero a seis anos, amparada pelos autores L. S. Vigotski, A. N. Leontiev e D. B. Elkonin. Ela realizou um estudo para distinguir a concepção geral do desenvolvimento infantil de qualidade nesse período do desenvolvimento do ensino escolar.



Alguns autores da psicologia, segundo Pasqualini (2010), defendem que o ensino é como o fundador do trabalho do docente que atua nessa fase da Educação Infantil. A pesquisadora discorre sobre a conclusão a que chegou sobre os estudos referentes ao papel do educador e do ensino na perspectiva de Vigotski, Leontiev e Elkonin.

Pasqualini (2010) elucida que, na educação das crianças de zero a seis anos, em meio à década de 1990, aconteceu uma discussão a respeito da qualidade do trabalho pedagógico. A Educação Infantil foi vista como um preparo para as crianças até chegarem ao Ensino Fundamental, pensando, assim, que resolveria a frustração sobre a educação.

Percebe-se que a Educação Infantil não tem como propósito o ensinar, mas sim educar as crianças. Por mais que a Educação Infantil faça parte da Educação Básica, não tem como pressupostos o ensino e a aprendizagem, contudo são fundamentais ao ensino da escola. De acordo com os estudos realizados, Pasqualini chega à conclusão de que, na Educação Infantil, devem-se estabelecer conteúdos que visem ao desenvolvimento da criança, dando o estímulo necessário para essa idade.

Além disso, destaca duas linhas genéticas, o desenvolvimento biológico e o cultural, que se realizam por um procedimento único de formação biológica social de individualidade da criança, considerando que no ser humano esse desenvolvimento acrescenta procedimentos de crescimento — maturidade orgânica, que se dá no meio cultural.

Nota-se, também, uma contradição histórico-cultural, sendo que o desenvolvimento infantil não ocorre por um processo natural. O desenvolvimento psíquico não se dá por um objetivo natural, uma vez que a relação com o meio cultural modifica a dimensão natural do desenvolvimento do ser, pois a criança interage com o ambiente onde ela está localizada.

Pasqualini (2010) descreve que alguns desenvolvimentos psicológicos se processam pelo biológico, quando acontece alguma coisa inesperada, sem que o indivíduo perceba, por exemplo, quando encostamos em uma coisa gelada ou quente, automaticamente levantamos o braço, tendo, assim, uma ação involuntária de atenção. Com a interação ao meio onde está inserido o ser humano, consegue lidar com as ações de relação inesperadas, sendo possível ter o controle de suas ações psicológicas.

É por meio do próprio estímulo que o homem introduz a função do ambiente para se dominar; a sua atuação é estipulada como fundamental, o comportamento humano se dá também pelos signos, como a fala, importante na criação dos processos psicológicos superiores do ser humano.

Pasqualini (2010) argumenta que o signo ajuda o indivíduo a possuir o domínio do seu comportamento, podendo ser capaz de memorizar conteúdos, de forma que a intenção

involuntária ocorra por meio da força de estímulos e, com isso, os signos auxiliam a memória cultural, fazendo que os indivíduos sejam capazes de se concentrar em determinadas atividades, mesmo que estejam acontecendo outras coisas ao seu redor.

É necessário, segundo a pesquisadora, que se desenvolvam as ações psíquicas com as crianças em união com os processos educativos, sabendo-se que as funções psíquicas superiores têm origem cultural e não sendo, portanto, biológicas. Urge, diante disso, garantir processos educativos que promovam a adequação de formas superiores de comportamento, entendendo que a criança não incorpora essas funções em seu psiquismo.

Quanto ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem, Pasqualini (2010) assevera que ensino é dado como a fonte de desenvolvimento e, por isso, deve vir antes do desenvolvimento. Acentua que o ensino deve conduzir o indivíduo ao desenvolvimento que ainda não está formado pelo aluno. Quando as funções psíquicas se iniciam em um novo ciclo de desenvolvimento, é necessária a mediação, para que o educando consiga chegar ao desenvolvimento real.

A autora relata que uma importante comprovação em sua pesquisa foi que a imitação é indispensável ao processo de ensino, desenvolvimento e aprendizagem, sendo a fonte do aparecimento das propriedades exclusivamente humanas da consciência. Pela imitação se tem uma compreensão da ação da outra pessoa, só acontece quando é entendida. Logo, a criança só vai imitar aquilo que está na sua zona de capacidades mentais.

Deve-se pensar que imitar não é só um hábito, mas é essencial na formação do desenvolvimento e comportamento do indivíduo, porém se a imitação for prejudicial ao desenvolvimento do aluno, não deve ser um meio de trabalho para o docente.

A autora salienta a relevância da mediação do educador no processo de ensino e aprendizagem, sabendo que algumas funções psíquicas superiores têm como circunstância a ação cultural organizada pelo adulto. A atenção do aluno, desde o começo da sua existência, é pautada por ações e estímulos que a ele são proporcionados. Importante que a criança realize atividades por ela mesma, e não por meio de um conceito mecânico, sendo necessário não apenas organizar atividades para o aluno, e sim organizar as suas atividades.

Pasqualini (2010) chega à conclusão de que o ensino das crianças de zero a seis anos tem como relevância levar o aluno a pensar, tendo a noção de que o pensamento não ocorre por um processo natural, mas sim pelo processo educativo. E, se tendo uma educação sem rigidez, pautada em atividades lúdicas, sem que a criança precise se esforçar demais, provavelmente, no futuro, o ser em desenvolvimento não terá dificuldades em realizar

determinadas questões, tampouco atrasar a sua aprendizagem escolar, por causa de alguns conceitos que não tenham sido trabalhados na época adequada.

A pesquisadora destaca uma ligação que seria necessária entre a Educação infantil e o Ensino Fundamental, uma vez que se compõem em um mesmo período no desenvolvimento infantil. Em cada etapa, poderia ser trabalhado o desenvolvimento do aluno, como o desenvolvimento afetivo-motivacional, que se dá pelas acomodações fundamentais das ações humanas, e o desenvolvimento intelectual-cognitivo, que se refere aos métodos socialmente realizados através do desempenho e habilidades com os objetos, os quais favoreceriam o desenvolvimento de novos fundamentos e necessidades dos indivíduos, preparando-os para novas capacidades cognitivas.

Pasqualini (2010) finaliza, destacando que o ensino está vinculado ao desenvolvimento infantil, amparado pela psicologia histórico-cultural, na medida em que se compreende o processo natural, tendo o conhecimento desenvolvido como fonte importante de condições de vida, educação e da mediação do professor.

Na visão da psicologia histórico-cultural, o educador não é apenas alguém que acompanha o aluno no seu desenvolvimento, e sim, o mediador do desenvolvimento histórico, de atividades que auxiliem o educando no desenvolvimento psíquico, dentre outros conhecimentos.

Outra pesquisadora, Waldete Tristão Farias de Oliveira, escreveu uma tese intitulada “DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: o estudo das práticas educativas de uma EMEI da cidade de São Paulo”, apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutora em educação.

Oliveira (2017) explica que a legislação brasileira, juntamente com a Constituição Federal (CF, BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, BRASIL, 1990) e a LDB n° 9394 (BRASIL, 1996) discorre sobre o direito da criança à educação, todavia se percebe que esses direitos não são assegurados pelas políticas educacionais.

Conforme Oliveira (2017), pela Constituição Federal, no Art. 5º, todos são iguais perante a lei, não importando a sua natureza, tanto brasileiros como estrangeiros têm o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, independentemente do gênero, todos são iguais em direito e obrigação (BRASIL, 1988).

O Art. 210 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) salienta a necessidade de favorecer os conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental e, ainda, segundo o Art. 215,

disponibilizar o pleno exercício dos direitos a culturas e o acesso às fontes das culturas nacionais, apoiar e dar incentivo à valorização e à difusão das manifestações culturais.

Portanto, é explicitado na CF (BRASIL, 1998) e LDB n.º 9.394 (BRASIL, 1996) que os sistemas educacionais considerem nos seus currículos as questões da história de negros e indígenas. No entanto, essa questão, de acordo com Oliveira (2017), traz para as práticas educacionais e para a instituição de ensino desafios diante do trabalho com a diversidade ético-racial.

A LDB n.º 9.394 (BRASIL, 1996), na visão da pesquisadora, salienta a premência de os profissionais da educação promoverem atividades que desenvolvam na criança capacidades cognitiva, afetiva, social e psicomotora, assegurando-lhes o direito à igualdade, à condição de vida e à cidadania, assim como a garantia do direito a histórias e culturas não brasileiras.

Por mais que sejam obrigatórios, como Oliveira (2017) afirma, esses conteúdos nos currículos desde a Educação Infantil, no Brasil, vemos uma população racionalizada e culturalmente diversificada. Porém, na maioria das instituições de ensino, ainda se menospreza a história e culturas Afro-Brasileira e Africana.

Desta forma, Oliveira (2017) enfatiza ainda a urgência de os profissionais da educação trabalharem com os alunos as diversidades ético-raciais, que esses educadores conheçam que não é porque o número de crianças brancas nas escolas é maior do que de crianças negras que não se tenha a necessidade de trabalhar esses conceitos com seus alunos, sendo que o processo discriminatório deve estar presente no sistema educacional, visando à futura evasão de crianças negras nas escolas, desde a Educação infantil até o final da escolarização.

## 2.1 Escola significativa

A escola tem um papel fundamental na vida dos alunos e deve proporcionar-lhes um ambiente saudável e acolhedor, para que eles se sintam bem e compreendam que fazem parte de um grupo, a fim de estabelecerem relações interpessoais, sendo a escola responsável pela educação formal dos alunos (VILLELA; ARCHANGELO, 2013).

Todos têm o direito à educação e esta é realizada na escola, sendo obrigação dos pais e/ou responsáveis realizarem a matrícula dos seus filhos, de acordo com a LDB – Lei 9.394/96: Art. 6º “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental” (BRASIL, 1996). Além disso, a LDB destaca:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Os pais e/ou responsáveis, junto com o estado, têm a obrigação pela educação e formação dos alunos na escola, para que eles possam desenvolver capacidades cognitivas por meio de conhecimentos e experiências.

Nota-se, ainda, segundo a CF (BRASIL, 1998), a necessidade e a importância da família na escola, dando o apoio necessário à formação dos alunos, sendo o primeiro passo realizar a matrícula do discente e os auxiliar, objetivando que seu desenvolvimento seja satisfatório.

De acordo com Villela e Archangelo (2013), a função da escola é garantir a aprendizagem, o desenvolvimento de capacidades cognitivas. Para que isso aconteça, o ensino dessa instituição deve ser significativo para o educando, dando-lhe o suporte necessário para a sua aprendizagem. Levando em consideração a importância da relação do professor com o aluno, sendo que é com esses profissionais que eles passam boa parte de seus estudos.

O papel da escola é primordial, pois é nessa instituição que a criança também constitui o seu conhecimento e realiza as suas relações interpessoais. A unidade escolar se dedica à elaboração de habilidades e competências, na formação do sujeito, através do ensino, das experiências e atividades que ali serão realizadas, auxiliando no desenvolvimento social e intelectual (VILLELA; ARCHANGELO, 2013).

Como já foi abordado, a família é importante na vida escolar dos alunos, pois é com a família que eles têm uma forte relação de amor, carinho e afeto, fundamental na aprendizagem escolar do aluno. Por mais que a família não seja encarregada de ensinar os conhecimentos sistemáticos a eles, têm a responsabilidade dos sentimentos dos alunos, afeto psicológico e moral, conforme apontam Villela e Archangelo (2013).

Villela e Archangelo (2013) destacam ainda que nos, Estados Unidos, muitos pais preferem cuidar da educação de seus filhos, não só a sentimental, como a sistemática também, fazendo essa solicitação ao Estado, mas isso só acontece de fato se eles tiverem capacidade para cumprir essa função em suas residências. Já no Brasil, os familiares e/ou responsáveis, geralmente, acompanham o estudo dos filhos mais na escola e se preocupam com seu o desenvolvimento intelectual, mental, global, não achando que, em casa, terão mais condições de aprender do que na escola.

A família deve estar ao lado da escola, ofertando a sua contribuição e apoio necessários para o desenvolvimento das crianças, para que juntos realizem um bom trabalho.

Villela e Archangelo (2013, p. 29) afirmam que:

A especialização da escola na função de educar; a amplitude e diversidade do conhecimento a ser transmitido à criança, que pode ficar dividido entre professores de diferentes disciplinas; o domínio dos métodos de ensino; e a disponibilidade dos professores para com seus alunos, esperada tanto em função do tempo de contato entre eles na escola quanto em função de ser o professor um profissional da educação, cuja tarefa é explicitamente a de ensinar.

Pode-se perceber, conforme Villela e Archangelo (2013), a relação que a escola e os professores têm na educação, sendo a de ensinar a da instituição de ensino, juntamente com os profissionais da educação, que irão trabalhar com os alunos, fazendo a mediação entre eles e o objeto de aprendizagem.

É também atribuído à escola promover a saúde dos alunos e o seu desenvolvimento físico, como também moral, psicológico e emocional. Por mais que isso, para os educadores, seja apenas função da família, os alunos passam bastante tempo na instituição escolar, podendo os professores garantirem a formação não só intelectual, mas sentimental e psicológica dos educandos, tendo, muitas vezes, a escola mais capacidade para ofertar aos alunos esses conceitos do que a família.

De um lado, firma o papel e a responsabilidade integral da escola pela criança. De outro, sinaliza para centralidade de seu papel em relação ao aprendizado da criança, deixando claro que a responsabilidade da família nesse domínio é complementar ou subsidiária (VILLELA; ARCHANGELO, 2013, p. 31).

A função da escola vai além de ensinar, consiste em preparar o aluno de forma global. Quando a família não pode dar esse apoio, resta à escola fornecer esse desenvolvimento, delegando à família a incumbência de apoiar os educadores e os filhos nesse processo de desenvolvimento.

Todavia, temos ciência de que na escola há um constante conflito entre os professores e alunos, uma vez que a comunicação entre eles nem sempre é fácil, fazendo com que os educadores se afastem de suas funções, comprometendo a aprendizagem dos estudantes. Como afirmam Villela e Archangelo (2013, p. 16):

As relações costumam ser tensas, excessivamente normatizadas e pouco frutíferas de todos os lados. Professores adoecem, alunos demonstram desinteresse, gestores se perdem na burocracia estatal, pais não veem a instituição como parceria, nem vice-versa, para dizer o mínimo.

A escola precisa de um incentivo e de um olhar atento à educação, buscando melhorias, atendendo às necessidades dos professores e dos alunos, para que, assim, consiga melhorar a qualidade educacional. Nesse sentido, vale ressaltar que:

Presenciamos mudanças importantes, mas que ainda não foram verdadeiramente aceitas nas instituições; mudanças que exigem um “repensar-se”, para que a escola venha a cativar novamente professores e alunos envolvidos em atividades de ensino e aprendizagem, as quais consomem horas, semanas, meses e anos de suas vidas (VILLELA; ARCHANGELO, 2013, p. 16).

Algumas mudanças aconteceram, mas é necessário pensar que ainda há muito a se fazer, para que, tanto os professores quanto os alunos voltem a ter interesse em estar na escola, lugar propício às trocas de conhecimentos e experiências, que os ajudarão a viver em sociedade, tornando os alunos sujeitos autônomos, capazes de tomar suas próprias decisões dentro de uma determinada corporação.

Com isso, vemos a premência da preparação da equipe escolar ao receber esses alunos, de forma que considere suas necessidades, tendo uma ação significativa, dando-lhes o apoio que esses educandos precisam e, ao mesmo tempo, fornecendo aos educadores uma base para que possam desenvolver a sua prática com satisfação. Segundo Villela e Archangelo (2013, p. 32-33): “A escola sem problemas é a escola sem alunos e sem profissionais. Portanto, ela não existe. Se educação é transformação — e transformação imensa quando envolve crianças e jovens — , então as dificuldades, os temores estão necessariamente presentes”.

Os desafios fazem parte da transformação do indivíduo, pois os alunos aprendem também com os seus medos, insegurança, conflitos. Isso faz parte do seu desenvolvimento.

Por mais que haja algumas situações desafiadoras na escola, há também momentos de alegria, companheirismo, confiança e tranquilidade entre os educadores, diretores e alunos, do mesmo jeito advêm horas difíceis; outras em que se nota a resposta satisfatória ao trabalho feito com responsabilidade e competência.

Villela e Archangelo (2013) explicam que, até que seja possível haver uma escola “ideal”, é preciso utilizar estratégias diversas para minimizar as dificuldades, e não acentuar os conflitos, ou mesmo as desilusões e descrenças dos alunos pelo estudo. Destacam ainda que:

O fundamental é que a instituição promova o vivenciamento, por parte da criança e do jovem, de experiência de segurança, de acolhimento e de desenvolvimento progressivo de condições intelectuais e emocionais para que eles possam lidar com toda sorte de dificuldades, sejam elas de ordem meramente cognitivas, sejam atreladas a questões de formação de vínculos, de relacionamento com colegas, com autoridade do professor, com a organização escolar, com política estudantil, etc. (VILLELA; ARCHANGELO, 2013, p. 34).

Sendo assim, uma vez que se entende a importância que essas relações têm na formação do indivíduo, não se vê por que dispensá-las do convívio educacional, tendo a certeza de que esses momentos, por mais que sejam difíceis, fazem parte do crescimento dos alunos e professores na instituição, pois a escola precisa garantir a formação do aluno para o convívio na sociedade, na qual, muitas vezes, o indivíduo vai precisar saber lidar com determinadas situações que exigirão dele um autocontrole.

Ainda pensando na escola, na formação desses alunos e visando a estabelecer meios para fazer que sintam interesse pela instituição, deve-se levar em consideração que o estudante passa muitas horas, dias, meses e anos na escola até chegar à sua formação básica. Durante esse processo de ensino, o educando passa a conviver mais com os colegas de sala e com os educadores do que com a família, estabelecendo com eles muitos vínculos (VILLELA; ARCHANGELO, 2013).

Em diversas circunstâncias, a escola estabelece com o aluno um padrão de comportamento que não lhe traz satisfação, o que faz o educando se sentir frustrado e sem motivação, mas é necessário, para o convívio, estabelecer certas medidas. Além disso, torna-se preciso determinar relações que ajudem e favoreçam o aluno a se acostumar com as atividades de ensino ao longo da sua vida escolar, sendo que o desenvolvimento mental e intelectual acontecerá, também, durante esse processo de ensino e aprendizagem. Villela e Archangelo (2013, p. 38) esclarecem que:

Também do ponto cognitivo, são complexos e árduos os objetivos da educação escolar. Envolvem conhecimentos e habilidades gerais e específicos, cada vez mais inter-relacionados, abrangendo uma série de diferentes disciplinas.

O professor deve ministrar conteúdos que levem os estudantes a serem capazes de falar por si próprios, expressar a sua opinião sobre os conteúdos ministrados pelo educador e que esse venha contribuir para o seu desenvolvimento e aprendizado. Porém, com tantos meios de comunicação que existem atualmente, costuma ser uma tarefa difícil para a escola ter a atenção dos alunos, uma vez que muitos preferem ficar em casa jogando *videogame*,



assistindo à televisão, brincando no *tablet*, no computador, em vez de estar na escola. Quando estão na escola, em várias circunstâncias, têm vontade de fazer as atividades que realizam em sua casa, o que solicita do professor criatividade e manejo. A instituição em si pode até usar esses materiais no ensino dos discentes, no entanto ainda há uma resistência por parte dos educadores e, para que utilizem esses equipamentos, necessitam de tempo — o que, muitas vezes, atualmente, é difícil (VILLELA; ARCHANGELO, 2013).

Segundo Villela e Archangelo (2013), para a escola ser significativa, é importante analisar os interesses dos alunos e estabelecer momentos agradáveis para eles na escola, ciente de que passará por processos de desenvolvimento que, às vezes, causar-lhes-á estresse, medo e preocupação. Portanto, a escola deve estabelecer significado para o aluno, levando-o a pensar sobre as coisas do mundo, da vida, da sociedade na qual ele está inserido, dando a ele experiências e mostrando a importância dessa instituição em sua vida e no seu processo de ensino e aprendizagem, deixando que os educandos expressem-se sobre as suas experiências, seja na escola ou fora dela (VILLELA; ARCHANGELO, 2013).

Villela e Archangelo (2013) destacam ainda a relevância de alguns sentimentos que o aluno nutre pela escola.

O sentimento de acolhimento é a contrapartida emocional, no aluno, dos cuidados da escola com ele, os quais visam ao seu bem-estar, a um conjunto amplo e construtivo de boas relações que ele pode estabelecer no interior da escola e ao conjunto de atos direcionados ao desenvolvimento do aluno em seus mais variados aspectos (2013, p. 42).

Isso acontece quando o aluno se sente acolhido na escola através da sua interação com o grupo escolar, visando ao cuidado, à atenção da instituição com ele, promovendo o seu desenvolvimento. Caso o aluno não se sinta acolhido, pode não ter interesse pela escola e pelo que ela oferece, tendo sentimentos de rejeição, perseguição, não só pela escola, mas por todos os envolvidos nela.

O segundo sentimento, de acordo com Villela e Archangelo (2013, p. 42): “É possibilitado pelo olhar empático da escola em relação ao aluno: os colegas, o professor e demais funcionários veem o aluno como semelhante, que naturalmente faz parte da escola, da comunidade escolar (2013, p. 42)”. Isso se refere à visão que a escola tem do aluno, fazendo com que ele se sinta parte da instituição de ensino, tendo o reconhecimento pela escola, pelos colegas e todos à sua volta, diferente de ser visto como um aluno diferenciado pelas suas ações, sejam elas positivas ou negativas.

O terceiro sentimento: “Aprofunda a percepção do aluno, em grande medida inconsciente, de que ele pertence àquele espaço, de que a escola é seu local natural, de que

grande parte de suas oportunidades de crescimento e felicidade está ali” (VILLELA; ARCHANGELO, 2013, p. 44).

O último sentimento permite que o aluno se sinta parte daquele ambiente escolar, desenvolvendo-se de forma satisfatória, tendo o aprendizado garantido e vontade de estar na escola pelo prazer, e não por obrigação.

Quando esse sentimento de pertencimento não é adquirido pelo aluno, faz com que ele se sinta rejeitado pela escola, não tendo vontade de ir assistir às aulas. Ou, quando vai, causa problema e confusão. Isso faz com que ele sinta que não pertence àquela instituição, não vendo o porquê de permanecer ali. Diante disso, o estudante deve ser observado, pois esse sentimento pode estar relacionado a algum comportamento não esperado do aluno, por se sentir de, alguma maneira, rejeitado na escola (VILLELA; ARCHANGELO, 2013).

Mesmo que alguns estudantes se sintam pertencentes à equipe escolar, caso aconteça algum fato inesperado pelo aluno, pode fazer com que ele rejeite a escola, demonstrando também atitudes inesperadas (decorrentes de uma discussão entre amigos, pelo fato de o professor chamar a sua atenção em público, ou por alguma nota baixa), pensando que a escola deve lhe dar uma resposta para o seu problema.

Percebemos a importância de a escola ser parceira dos alunos, dando a eles autonomia para falar, expressar as suas vivências, experiências, fazendo com que eles sintam que aquele conhecimento que eles estão trazendo é importante para o desenvolvimento e para os que também os rodeiam, fazendo com que os estudantes se sintam parte da instituição na qual eles também são os autores do conhecimento, juntamente com os professores e a equipe escolar. Eis a escola significativa: aquela que considera o aluno em primeiro lugar (VILLELA; ARCHANGELO, 2013).

Mas não pode ser confundida com a escola condescendente que faz todas as vontades e atende todos os caprichos dos alunos, até porque não conseguirá fazê-lo. Portanto, o respeito, o reconhecimento e mesmo o acolhimento se dão na direção do desenvolvimento almejavável dos alunos (VILLELA; ARCHANGELO, 2013, p. 46).

Assim, é notória a importância que a escola tem na vida do educando e, por mais que realize maneiras de que essa convivência seja amigável e favorável ao seu desenvolvimento, deve ser de maneira adequada, buscando uma forma de dar o auxílio ao aluno e não o de fazer apenas o que lhe agrada, pois a escola tem o objetivo e a função de preparar o aluno para a vida. Giancaterino (2007, p. 64) explica que:

Por isso, ao receber uma criança na sala de aula, deve-se ter a convicção de que ela traz todas as impressões vivenciadas durante a vida. Assim, pais e professores têm o papel de preparar a criança para a vida, mas isso só se consegue com limites e afetividade acima de tudo.

Deve-se considerar o que o aluno leva para a escola, mas também se deve saber mediar essas experiências, para que contribuam para o aprendizado do educando. Procurando sempre saber como falar com o aluno, para que ele não se sinta ofendido com determinadas palavras pronunciadas pelos pais/responsáveis ou educadores, mantendo o autocontrole e mostrando para o aluno a necessidade de determinadas correções, o que contribuirá para sua formação e educação. Com isso, surge a preocupação da equipe escolar, juntamente com os familiares, sobre as diferenças de comportamento dos discentes, na escola e em casa (VILLELA; ARCHANGELO, 2013).

Villela e Archangelo (2013) explanam sobre as diferenças de comportamento dos estudantes em casa com a família e na escola, com os professores e amigos. Na família, o aluno pode ser uma criança difícil e, na escola, ser amável por todos, o que faz com que as pessoas que passam um tempo com elas, sintam-se inconformadas por tal atitude. Por mais que o educando elabore diferentes tipos de identidade, certamente estará fazendo uma representação de identidade que a família e a escola passam para ele. Levando em consideração que os modelos distintos, feitos pelos discentes, seja na escola ou em casa, são importantes, porque eles são diferentes, ajudando a criança a saber se portar em diferentes tipos de relações. Roberto Giancaterino (2007, p. 69) ressalta que:

O desenvolvimento da personalidade formada por componentes genéticos, hereditários e de aprendizagem, dos quais o ser humano vai coletando informações, interagindo-se social e culturalmente, à medida que ele interage com o meio físico, modifica-se por meio dos relacionamentos, das ligações afetivas e comportamentais. A criança pode apresentar desvios de personalidade dependendo do meio em que vive e dos conceitos recebidos.

Portanto, é pelo convívio no meio social que ocorrem mudanças de comportamento dos indivíduos. Cabe aos familiares e à escola rever as ações que estão passando para as crianças através das relações pessoais e interpessoais.

A escola significativa é aquela que, segundo Villela e Archangelo (2013), tem um significado para o estudante, fazendo-o sentir-se parte do grupo. Sendo que, se a escola não apresenta para o aluno um suporte, um cuidado, um significado e abrange os interesses, não só da instituição, mas dos alunos, buscando melhoria no seu desenvolvimento, não é considerada significativa.

A escola significativa é construída por meio das práticas educacionais, pelo convívio no dia a dia dos alunos nessa instituição, pela forma com que cada ator é tratado, como são feitas as relações desses profissionais com os alunos — se eles estão sendo contemplados como sujeitos que precisam de atenção, acompanhamento, cuidado, se seus estudos visam ao desenvolvimento geral, dando-lhes significados dos objetivos propostos pela instituição (VILLELA; ARCHANGELO, 2013).

Villela e Archangelo (2013) descrevem algumas situações que fazem com que essas escolas não sejam significativas para os discentes, como o afastamento do professor ou falta, gerando na criança certo abandono por esse profissional, ou pelo simples fato de a sala gostar muito do docente e se sentir acuada e sem motivação. E quando algum professor diferente chega, é rejeitado pelos alunos, o que atrapalha o seu desenvolvimento e o relacionamento com outros professores. Para resolver esse impasse, os educadores devem ter a noção de como é necessária para o aluno a sua presença na sala de aula, que faz toda a diferença no aprendizado dos estudantes.

Algumas escolas destinam um horário menor para o recreio, fazendo com que as crianças passem a maior parte do tempo aprendendo os conteúdos, esquecendo-se de como é frustrante para o aluno ter de se alimentar rápido e ir ao banheiro para, depois, fazer alguma atividade de lazer. Aqueles que não conseguem se organizar na rotina, sentem-se prejudicados e sem motivação. Por isso, deve ser pensado e planejado um horário que abranja todas as necessidades dos alunos.

Ademais, é preciso que a escola não perca seu propósito durante a realização de eventos artístico-culturais ou festas.

O exemplo clássico e muito comum é o das festas. Promovidas pela escola com o objetivo de estreitar o vínculo com os pais e com a comunidade, são, muitas vezes, utilizadas para encaminhamento de comunicados oficiais. Tomando ciência, por exemplo, do desempenho insuficiente de seus filhos (VILLELA; ARCHANGELO, 2013, p. 53).

Nessas confraternizações, alguns educadores aproveitam para mostrar para os responsáveis o mau desempenho de seus filhos, causando, muitas vezes, nos pais/responsáveis, revolta, fato que distancia a família da escola.

Os educadores, ao contrário, ainda pensam que os pais/responsáveis não querem fazer parte dos eventos da escola ou desconhecem as ações da escola, o que causa indignação dos professores.

Portanto, se a escola deseja ser significativa para seus alunos, deve fazer que se sintam parte dela, em todos os sentidos, buscando a satisfação do educando nesse ambiente, estando na preparação dos objetivos a serem alcançados pelos alunos nas atividades, visando ao seu desenvolvimento, com ações significativas, tanto do ensino como do professor, que é o mediador.

## 2.2 Ação significativa do professor

A atuação significativa direta do docente, segundo Villela e Archangelo (2007), acontece através do contato direto do professor de forma individual ou em conjunto com os estudantes, fazendo sempre uma reflexão sobre o aluno em diferentes situações, ou só do aluno especificamente.

Villela e Archangelo (2013) apresentam algumas situações que podem ocorrer com os professores, em sala de aula, e salientam a importância do olhar cuidadoso do docente sobre determinadas atitudes dos discentes. Caso o aluno apresente atitudes reprováveis, é preciso que o professor analise o que possa ter acontecido, antes de tomar qualquer decisão, pois o estudante pode estar passando por problemas pessoais, emocionais ou sentindo alguma dificuldade em assimilar o que fora proposto pelo docente, fazendo-o sentir-se incapaz de realizar tal atividade e o levando a ter um comportamento indesejado e inesperado.

São vários os sentimentos que os alunos podem nutrir a respeito do professor: amor, ódio, reprovação, insatisfação, entre outros, estimulando o estudante a cometer atos inadequados. Sendo assim, é necessário o olhar atento do professor para com os educandos, a fim de que, em situações diversas, saiba como agir sem ofender ou atingir o aluno de forma negativa, possibilitando que veja mais esse profissional como uma pessoa que seja capaz de ajudá-lo, apoiá-lo e auxiliá-lo, sempre que preciso. Nesse sentido, Giancaterino (2007, p. 56) afirma:

É preciso que os professores se conscientizem de que nenhum aluno apresenta baixo rendimento porque quer. Há sempre uma razão para que isso aconteça. Convém destacar, ainda, que não é somente o professor que precisa desenvolver seu papel enquanto educador, mas o diálogo com os pais e o modo como estes se relacionam com seus filhos representam fatores de grande importância.

O docente é aquele que, em seu processo educacional, deve ser instrumento auxiliador para que o discente possa desenvolver-se, uma vez que, quando este apresenta dificuldades,

não é por instinto natural, mas tem algum motivo e, por isso, o professor deve utilizar novas metodologias, mantendo contato com os responsáveis pela criança e observando a relação de seus alunos com seus familiares, a fim de que os problemas que estejam prejudicando a aprendizagem do aluno sejam resolvidos e/ou minimizados.

Uma forma, segundo Villela e Archangelo (2013), de ajudar a melhorar a autoestima do estudante é estabelecer com ele certa aproximação, mostrando seu interesse sobre atividades já realizadas pelo aluno, dando a ele segurança para prosseguir com os demais estudos. Sobre os diferentes tipos de relação que o aluno estabelece com o docente, sejam negativos ou positivos, o professor deve ter conhecimento, fornecendo ao aluno possibilidades de saber, por meio das atividades, como lidar com esses sentimentos. Sendo um sentimento de amor, o educador deve deixar o educando se expressar mais, deixar claro que entre eles não irá acontecer nada além de uma relação amigável entre professor e aluno e, assim, organizar atividades, incluindo-o junto com os outros alunos.

Diferentes tipos de problema não devem ser vistos com apenas um olhar, mas analisados por vários pontos de vista, buscando a melhor forma de resolvê-lo, com a mediação adequada realizada pelo docente, levando em conta o comportamento do aluno. Sendo assim, faz-se necessário que o professor conheça o discente e o entenda, procurando o motivo por tal atitude. De acordo com a postura desse educador frente ao problema do aluno é que se dá a ação significativa objetiva do docente.

Com essa atitude, a instituição deve estabelecer uma forma que ajude o aluno no seu desenvolvimento, dando-lhe o auxílio para vencer os obstáculos, independentemente da dificuldade — ação significativa direta do professor, aquela que faz sentido à criança.

Para Villela e Archangelo (2013), é através do diálogo que o docente tem com o aluno, no âmbito educacional, que se estabelece uma relação significativa, por meio da qual professor e aluno interagem juntos, mediante suas experiências.

Nesse sentido, Freire (1996, p. 154) afiança que: “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História”.

Percebe-se que, a partir do diálogo entre professor e aluno que torna uma ação significativa no processo educacional, resultam a curiosidade e inquietação do educando como sujeito histórico. Nesse sentido, as relações de diálogo entre professor e aluno devem ser pensadas, tendo o educador a consciência acerca da importância dos resultados que essas experiências podem trazer para o aluno, pensando em como as conversas podem auxiliá-lo diante de determinado problema ou situação.

Para Villela e Archangelo (2013), talvez seja necessário que o educador conheça um pouco de psicologia, a fim de que amplie sua visão a respeito das relações dialógicas a serem mantidas com seus alunos, além dos momentos de partilha entre educandos e seus colegas de turma, para que possa fazer as mediações necessárias.

Os educadores vivem tentando compreender os alunos e, com isso, contam com a ajuda da psicologia e da psicanálise, que contribuem para terem esse conhecimento sobre os discentes. Entretanto, para que isso aconteça, o professor tem de estar disposto e compreender as situações que acontecem com o aluno diante dos conteúdos de ensino que são propostos por ele.

Para que esse educador conheça quem é o aluno, é necessário fazer uma análise do educando em diferentes situações, dentro do ambiente, quando brinca com alguém, ou até mesmo sozinho, suas expressões em determinado momento, como fala, mantendo o contato com o aluno e o diálogo, observando-o principalmente na hora das brincadeiras, que, de acordo com Villela e Archangelo (2013), é quando o discente apresenta as suas emoções.

O docente, através da observação e da conversa com o aluno, pode ajudá-lo com determinado sentimento que o esteja atrapalhando, fazendo uma mediação adequada à situação do aluno, possibilitando que se sinta mais tranquilo diante do problema ou sentimento. Caso o aluno não demonstre o que se passa com ele, o professor deve estar atento às atividades que realiza e, com isso, propor uma atividade terapêutica ao discente, desde que o educador seja capacitado para realizar tal função e que não ultrapasse a sua ação pedagógica (estabelecendo essa mediação somente quando necessário).

Faz-se preciso, para que o educador compreenda a criança, manter uma ligação com ela, com sua ansiedade, seus medos, alegrias, desejos, entre outros sentimentos que a norteiam, sendo que, para saber a verdadeira identidade do indivíduo, basta analisá-lo em diferentes situações que realiza, mesmo porque o aluno não tem essa noção sobre esses saberes e vive em constante mudança. É imprescindível manter a observação na criança, analisando o seu comportamento, conforme afirmam Villela e Archangelo (2013). É bom que o professor tenha uma relação significativa com o aluno, que conheça os seus desejos, saiba do que gosta, qual sua dificuldade, ou qual o problema que ele esteja enfrentando e que, por meio disso, possa proporcionar ao discente uma ação adequada.

Não é preciso saber tudo sobre o aluno, até porque Villela e Archangelo (2013) afirmam que os alunos não querem ser importunados pelos professores a todo o momento, querendo saber tudo sobre eles. O professor, mantendo um diálogo com o aluno, já é satisfatório para o seu conhecimento sobre ele, e mesmo que o educando sinta tal afeição pelo

educador, por apenas esse profissional saber alguma coisa sobre ele, permite-lhe sentir-se mais calmo.

Caso tais conceitos de entendimento não sejam estabelecidos entre os adultos para com as crianças, elas se sentem desamparadas e sem motivação. Por mais que o professor saiba o que se passa com o aluno, não deve confrontá-lo, falando sobre o que descobriu, mas pode trabalhar alguns conceitos que ajudem o aluno em meio às suas angústias, desejos e conflitos.

Além disso, para o professor estabelecer uma ligação com o discente, é preciso confiança. Para que isso aconteça, o professor deve conhecer o aluno, entendê-lo. O aluno, por sua vez, precisa saber que o educador se preocupa com ele. E isso faz com que o aluno sinta-se protegido e apoiado.

A ação indireta do docente é classificada por proporcionar situações gerais de uma instituição significativa, sem uma ligação direta com o discente ou em uma situação pedagógica. Nessa ação indireta, faz-se necessário que o professor participe das reuniões escolares, estreitando a sua relação afetiva com a escola e com os alunos, contribuindo para a satisfação e segurança na escola em diferentes ambiente. Sendo assim, a ação significativa indireta do professor favorece a melhoria na escola, ofertando ao aluno uma instituição de qualidade, provendo uma ação significativa ao estudante (VILLELA; ARCHANGELO, 2013).

Mediante a ação significativa do docente, Giancaterino (2007, p. 58) corrobora:

A postura do educador nos dias atuais é estar atento às manifestações e anseios de seus alunos, marejando bem a classe e diversificando as estratégias de ensino; conhecer processos de avaliação é ter claro que eles servem para conhecer melhor os alunos e reorientar o modo de ensinar.

Deste modo, o docente tem como função atender às necessidades dos educandos, propondo-lhes atividades diversas, avaliando e monitorando o seu avanço, já que esse é um instrumento fundamental para conhecê-los melhor, bem como repensar sua maneira de ensinar.

### 2.3 Perfil do professor e do aluno no ambiente escolar

Recapitulando o que já foi comentado, as relações entre os alunos, professores e conteúdos de aprendizagem constituem principal elemento do ensino. Assim, analisaremos o



perfil do discente e docente em sala de aula, uma vez que são atores fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Piletti (1990), um dos problemas que a educação brasileira enfrenta é a democratização da escola, posto que está educando para a democracia e colaborando para uma sociedade democrática. Essa democracia escolar é vista por dois pontos: a quantitativa e qualitativa. A primeira visa, além do acesso às instituições escolares, a permanência de crianças e jovens; e a segunda está interligada às relações pessoais no ambiente escolar, ou seja, o respeito mútuo e à cooperação de todos com o intuito de finalidades comuns.

Deste modo, faz-se necessário evidenciar o papel do professor e aluno no âmbito das relações escolares. Para tal, ressalta-se que:

Os professores, antes de serem simples transmissores de conhecimentos — tarefa na qual seriam facilmente substituíveis por um gravador ou um rádio — educam pelo relacionamento humano que mantêm com os alunos e pelo estímulo que a estes devotam no sentido de novas descobertas e novas realizações (PILETTI, 1990, p. 152).

Percebe-se que a finalidade do papel do docente não é de ser aquele que transmite o conhecimento, mas o que cumpre a função da educação, que é ensinar seus educandos, dando sentido ao processo educacional por meio da motivação, a qual os auxilia a construir novos conhecimentos. Freire (1996, p. 52) assevera:

Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho — a de ensinar e não a de transferir conhecimento.

A função delineadora do professor em sala de aula é a de ensinar, ou seja, criar possibilidades para a construção do conhecimento e não transferir, sendo que o mesmo deve saber ouvir seus alunos, estimulá-los à curiosidade e criticidade, de modo que possa cumprir sua tarefa como educador. Já o papel do discente, conforme Piletti (1990, p. 52):

Os alunos não são coisas, objetos, manipuláveis ao bel-prazer de diretores, funcionários administrativos e professores, mas pessoas humanas em formação, sujeitos da própria educação, a serem respeitados em sua liberdade de seguirem os caminhos que julgarem corretos a partir das influências educativas que recebem.

Compreende-se que os estudantes são sujeitos que estão no processo de formação humana e que devem ser respeitados, independentemente do caminho que seguirem, pois possuem liberdade para fazer suas escolhas, bem como recebem influência do meio social em que vivem, não são objetos que devem ser manuseados pelos demais (PILETTI, 1990).

Diante desse pressuposto, é necessário ressaltar: “Afiml, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História (FREIRE, 1996, p. 60)”. Ainda nesse contexto, pode-se enfatizar que o aluno é sujeito histórico que faz parte do mundo no qual está inserido e não pode ser considerado um objeto passivo.

Zabala (1998) sugere que haja uma interação direta entre professor e aluno, que as relações entre eles estejam ligadas ao acompanhamento e uma intervenção diferenciada no processo que os educandos vão realizando em sala de aula. À medida que se delineiam a participação e as características específicas dos sujeitos do processo educacional, pode-se dizer que os tipos de conteúdos que influenciam ou determinam essa participação torna-se, então, objetivos da educação. Piletti (1990, p. 158) enfatiza:

Para que sejam atingidos os objetivos educacionais é importante que os conteúdos sejam vistos como vivos, dinâmicos e, mais do que isso, sejam redescobertos e reconstruídos pelos próprios alunos que, assim, sentir-se-ão sujeitos da própria educação e estarão aprendendo a redescobrir e reconstruir a realidade e o mundo em que vivem.

Nesse sentido, percebe-se que os conteúdos escolares devem ser flexíveis, permitindo que os educandos sejam sujeitos ativos na construção dos conhecimentos diante do processo de aprendizagem, a fim de reconstruir o mundo em que vivem. Para isso, é importante que os conteúdos sejam atraentes, propiciando o interesse dos sujeitos no processo educacional.

Do ponto de vista construtivista, a relação entre professor e aluno também está interligada à promoção da atividade mental, ou seja, o entendimento que o aluno tem sobre o que faz e o porquê, tendo consciência do processo em que está, a fim de lhe permitir sobre suas dificuldades e, se necessário, pedir ajuda. No entanto, para o estudante compreender o que faz depende também da contribuição do docente durante todo o processo (ZABALA, 1998).

Assim sendo, para tal contribuição durante o processo educacional, Piletti (1990) compreende que o professor, em sua prática educativa, deve perceber que não há uma turma homogênea de alunos e que o processo de ensino só é competente quando considera as diferenças entre os alunos, bem como tem seu ponto de partida vinculado à realidade socioeconômica vivenciada por eles.

O educador deve ter em mente que sua prática profissional resulte no desenvolvimento e crescimento para a formação de humanos. Deste modo, é necessário destacar que:

Acreditemos ser este o aspecto fundamental do trabalho do professor: nunca esquecer que está lidando com seres humanos, cujo principal desejo é a sua realização, a sua felicidade, e fazer tudo que esteja ao seu alcance para que tal desejo possa concretizar-se (PILETTI, 1990, p. 157).

Ou seja, a tarefa do docente é a formação humana, a fim de fazer tudo que for possível para tal concretização.

No entanto, a prática educativa só tem significado quando os dois sujeitos — aluno e professor — caminham de modo cooperativo, com o fim de um único objetivo, que é a busca de conhecimentos e a transformação do mundo. Primordial, portanto, superar a dicotomia que determina o docente como sujeito ativo e o discente como objeto passivo, sendo o diálogo um dos principais elementos que contribuem para essa superação (PILETTI, 1990).

Zabala (1998, p. 91) afirma que:

É todo um conjunto de interações baseadas na atividade conjunta dos alunos e dos professores, que encontram fundamento na zona de desenvolvimento proximal, que, portanto, vê o ensino como um processo de construção compartilhada de significados orientados para a autonomia do aluno [...].

O ensino tem sentido quando é construído pela influência conjunta das relações entre professor e aluno. Contudo, no que concerne às relações interativas, faz-se necessário considerar as funções do professor durante o processo de aprendizagem, tendo como início o próprio planejamento.

Para tanto, o planejamento é instrumento essencial no processo de ensino e aprendizagem e, por isso, deve ser diversificado, com várias atividades e exercícios, para que os estudantes possam desenvolver-se durante esse processo, conforme explica Zabala (1998, p. 94). “Tem que ser um planejamento suficientemente flexível para poder se adaptar às diferentes situações da aula, como também deve levar em conta as contribuições dos alunos desde o princípio”. O planejamento deve estar sujeito a mudanças, bem como deve adaptar-se às necessidades dos educandos.

Diante disso, é necessária a participação dos alunos durante a organização das atividades, uma vez que se estabelecem a autonomia e responsabilidade no processo da construção do conhecimento. O planejamento é um plano de intervenção, compreendido como um ponto flexível de modo a orientar o ensino, a fim de permitir transformações e ajustamentos, conforme pondera Zabala (1998).

Ainda vale lembrar que as funções do docente são as seguintes, conforme Zabala (1998, p. 92):

Planejamento flexível — permitindo a adequação às necessidades dos discentes no processo de ensino e aprendizagem.
Incluir com os conhecimentos e contribuições dos alunos durante as atividades.
Auxiliar os discentes a encontrar sentido em tudo o que fazem.
Determinar metas para que os alunos possam alcançar mediante seus esforços.
No processo de construção do aluno, propor ajuda adequada para seu progresso.
Estabelecer atividade mental autoestruturante, a fim de determinar relações com o conteúdo novo, concedendo-lhe novo significado e permitindo garantir o domínio pessoal sobre os próprios conhecimentos.
Promover um ambiente de confiança e respeito mútuo, estabelecendo a autoestima e autoconceito.
Estabelecer a comunicação, de modo que permita a construção, negociação e participação.
Possibilitar a autonomia dos discentes.
Avaliar os alunos de acordo com suas capacidades, considerando o ponto pessoal de partida e o processo de aquisição dos conhecimentos, estimulando sua própria autoavaliação.

**Tabela 6** – Funções do Docente.

**Fonte:** Zabala, 1998, p. 92.

De acordo com Piletti (1990), pode-se dizer que a principal tarefa do professor é de educar, sendo que esse ensino se desenvolve, também, na sala de aula, a fim de colaborar para a formação dos indivíduos. A ação desse profissional da educação é composta por três diferentes confrontos, que são consideradas interdependentes:

Contando com a possibilidade de mudança pessoal do ser humano, que só acontece quando o educador se dispuser à mudança de si próprio.
A realização da transformação escolar se dá pelo ambiente de trabalho, a sala de aula, tendo como propósito o desenvolvimento fundamental entre educador e discente.
Para a condução da mudança social de modo consciente, o professor deve ter como critério a interação entre escola e sociedade.

**Tabela 7** – A ação da Educação em Três Confrontos

**Fonte:** Piletti, 1990, p. 166-167.

Dessa forma, o profissional da educação deve estar disposto a mudanças, para que se tenha um ensino que vise à interação do aluno, não só no ambiente escolar, mas na sua vida em sociedade, oportunizando conteúdos que possam auxiliá-lo nesse processo de ensino e aprendizagem. A organização e o planejamento das atividades devem ser analisados e pensados pelo docente antes de serem ministradas para os discentes.

## CONSIDERAÇÕES

Com este Trabalho de Conclusão de Curso, percebemos que vários conteúdos são necessários para que se obtenha uma prática educativa que favoreça a aprendizagem dos educandos, sendo preciso realizar todo um trabalho em benefício não só do aluno, mas do que envolva o seu desenvolvimento de forma direta ou indireta.

Importante selecionar os conteúdos, atividades que os profissionais da educação disponibilizam para o seu estudo, sendo o professor o mediador dessa construção do conhecimento, preparando, planejando e organizando materiais que auxiliem os alunos no seu aprendizado, de modo a minimizar as suas dúvidas, medos, ansios, sobre algum ensinamento.

Ao planejar, o professor precisa saber quais conteúdos o aluno já aprendeu, para que, assim, possa ser apresentado a ele um novo conhecimento, dando-lhe o suporte necessário na sua construção do saber, considerando que cada indivíduo aprende de maneira diferente, pois cada um tem o seu tempo, e cabe ao educador respeitar tal tempo, procurando dar a assistência necessária para que o discente conquiste tal entendimento.

Quando se forem preparar os estudos a serem construídos com os alunos, deve-se observar e analisar quais materiais didáticos servem para o educador e para o aluno, no momento em que ambos irão utilizar esse objeto, como uma contribuição para o seu progresso, sabendo qual a finalidade de tal ensino. Pertinente perceber se possui um significado para o aluno e para o professor que ministra a disciplina, elaborando estratégias que visem a contribuir para a sua instrução e para o entendimento da criança, desenvolvendo nela aspectos cognitivos.

A família é fundamental na aprendizagem do aluno, pois deve ajudar o professor no processo de desenvolvimento dos indivíduos, incentivando seus filhos a estudarem, transmitindo-lhes segurança.

O professor, disponibilizando uma ação significativa aos seus alunos, feita através de um olhar atento, possivelmente, conseguirá realizar um bom trabalho. Deve perceber como o sujeito interage no meio em que está inserido, se de maneira positiva ou negativa, e independentemente de qual forma seja, o educador deve possibilitar-lhe apoio. Caso não seja possível, deve conversar com os outros profissionais da educação e com a família, para que seja dado o atendimento necessário ao educando.

Faz-se necessário pensar na escola, local onde acontece a socialização do aluno, dentre todos os conceitos que são desenvolvidos nessa instituição, para que o aluno se sinta bem nesse local de aprendizagem.

A escola dever ouvir o aluno e disponibilizar o apoio às suas angústias, anseios, proporcionando um jeito de diminuir tais dificuldades, sendo um âmbito onde o estudante queira ficar.

Para muitos educadores, é tarefa dos pais cuidar da parte emocional do aluno, mas, como já foi mencionado, que, se os pais e/ou responsáveis não puderem dar esse apoio aos filhos, cabe aos profissionais da educação fazê-lo.

Porém, como já mencionado, a escola deve dar o suporte emocional para as crianças, para que saibam lidar com diferentes situações que irão exigir delas o autocontrole, sabendo resolver isso da melhor forma possível, já que os conflitos também fazem parte do ensino e aprendizagem do aluno.

Ademais, o educador deve ser um eterno estudioso, selecionar bons materiais, participar de cursos de formação continuada, enriquecer sua prática pedagógica com procedimentos relativos às reais necessidades de seus alunos, fazendo do magistério uma profissão que contribua para a formação do ser humano.

Deste modo, para uma prática visando ao aprendizado, todas essas questões citadas e mencionadas nesta monografia devem ser repensadas, de modo reflexivo, para que as práticas educacionais na educação sejam reformuladas sempre que necessário, em prol de um ensino de qualidade, o qual envolve também o aprendizado, o conhecimento e o bem-estar de cada indivíduo.

## REFERÊNCIAS

- ANASTASIOU, L. D. G. C; ALVES, L. P. **Processos de ensinagem na universidade:** pressuposto para as estratégias de trabalho em aula. Joinville/SC: Univille, 2004.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96.** Brasília: MEC, 1996.
- CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática.** Campinas/SP: Papirus, 1994.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIANCATERINO, R. **Escola, professor e aluno:** os participantes do processo educacional. São Paulo: Madras, 2007.
- JESUS, D. A. D. de. **Didática e Práticas de Ensino na Educação Básica,** II Jornada de Didática e I Seminário de Pesquisa do Cemad/Docência Na Educação Superior: caminhos para uma práxis transformadora. 2013.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.
- LUZURIAGA, L. **Pedagogia.** 7. ed. São Paulo: Nacional, 1970.
- OLIVEIRA, W. T. F. **Diversidade étnico racial no currículo da Educação Infantil:** o estudo das práticas educativas de uma EMEI da cidade de São Paulo. São Paulo: s.n., 2017.
- PASQUALINI, J. C. **Formação de professores:** limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- PILETTI, N. **História da Educação no Brasil.** São Paulo: Ática, 1990.
- VILLELA, F. C. B; ARCHANGELO, A. **Livro 1:** fundamentos da escola significativa. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.